



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 28ª
(VIGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO
GERAL PARA DEBATER A CRIAÇÃO DA CARREIRA
SOCIOEDUCATIVA E MODIFICAÇÕES DA CARREIRA
PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EM 10 DE ABRIL DE 2014.**

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Por ausência de Parlamentares, de *quorum* adequado, esta Presidência vai suspender os trabalhos durante 30 minutos para verificação de *quorum*.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h04min, a sessão é reaberta às 15h20min.)

(Assume a Presidência o Deputado Wasny de Roure.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Está reaberta a sessão.

Convido o Deputado Joe Valle a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	2

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 26ª Sessão Ordinária;
- Ata da 27ª Sessão Ordinária;
- Ata da 4ª Sessão Extraordinária.

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Em razão da aprovação do Requerimento nº 3.204, de 2014, de autoria dos Deputados Eliana Pedrosa e Wasny de Roure, a presente comissão geral de hoje, 10 de abril de 2014, quinta-feira, destina-se a debater a criação da carreira socioeducativa e modificações da carreira pública de assistência social.

Convidamos todos os colegas Parlamentares, servidores e demais convidados a se dirigirem ao auditório desta Casa para o início dos debates desta comissão geral.

Indago se há alguma observação de qualquer um dos colegas Parlamentares. (Pausa.)

Em não havendo, até porque não há *quorum*, vamos dar início à referida comissão geral, a qual ocorrerá no auditório desta Casa.

Esta Presidência suspenderá a presente reunião e sua reabertura se dará no auditório desta Casa.

Está suspensa a reunião.

(Suspensa às 15h25min, a reunião é reaberta às 15h33min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	3

Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral para debater a criação da carreira socioeducativa e as modificações da carreira pública de assistência social.

Convido para tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Transferência de Renda, Sr. Osvaldo Russo. (Pausa.) Ele ainda não chegou.

Também convido para integrar a Mesa o Exmo. Sr. Secretário de Estado da Secretaria de Administração Pública do Distrito Federal, Sr. Wilmar Lacerda.

(Manifestação do auditório.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Vamos ter um pouco de compreensão. Esse é um debate e é importante a presença das autoridades, que são as pessoas que farão essa interlocução.

Convido a compor a Mesa o Exmo. Sr. Secretário de Estado da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Distrito Federal, Jefferson Francisco Ribeiro; a Exma. Sra. Secretária de Estado da Secretaria da Criança do Distrito Federal, Eliane Aparecida da Cruz; o Sr. Presidente do Sindicato dos Servidores da Assistência Social e Cultural do Distrito Federal – SINDISASC, Cássio Moura; o Sr. Vice-Presidente do Sindicato dos Atendentes de Reintegração Social – SINDATRS, Cristiano Torres. (Palmas.)

Companheiros e companheiras, espero que as autoridades que ainda faltam para integrar a Mesa compareçam. Peço um socorro ao pessoal de apoio: entrem em contato com o Secretário Willemann, para que ele lembre às nossas autoridades que não se esqueçam deste momento, que é um compromisso feito pela Casa, como um todo, de abrir o debate a esses dois segmentos. (Palmas.)

Quero fazer uma combinação com vocês. Em primeiro lugar, é uma enorme satisfação receber os servidores públicos da carreira de assistência e da carreira socioeducativa. Todos são muito bem-vindos. Esta Casa sempre estará aberta para receber qualquer tipo de conflito e trabalhará para superá-los, para encontrar saídas, a fim de deliberar com maior grau de satisfação da sociedade e também das carreiras envolvidas.

Há assuntos que, eventualmente, colidem ou entram em conflito entre si. Isso é próprio do parlamento, e nós precisamos entender essa lógica. Há outro detalhe muito importante que precisamos combinar entre nós. Matérias de Direito Administrativo, de maneira geral, são de reserva do Poder Executivo. Residualmente, podemos agregar alguma contribuição, e temos feito isso. Temos que criar numa dinâmica uma sinergia, um ambiente de entendimento e de negociação. Vocês hão de convir que, em uma comissão geral, em uma audiência dessa envergadura,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	4

alguns conflitos terão de ser redimidos em uma mesa menor. Mas é fundamental uma coisa. Quero pedir a vocês, do fundo do meu coração, sem nenhum apelo dessa ou daquela função, desse ou daquele cargo: viemos aqui para discutir em alto nível, com absoluto respeito às pessoas, preservando o direito das divergências. Esta é a particularidade do Poder Legislativo: a voz da divergência. Daquilo que houver consenso, nós nos apropriamos e fechamos entendimento. Tivemos vários encontros juntos com as representações de ambas as categorias, e também separados. Tivemos encontros juntos, e também, em alguns momentos, separados. Não podemos nos esconder uns dos outros. Reportamo-nos à sociedade e, conseqüentemente, a cada um de vocês.

Anuncio a presença da Deputada Eliana Pedrosa. (Palmas.)

Então, quero fazer esse apelo a vocês. O processo do entendimento que tivermos, naturalmente, terá de ser coletivizado. Precisamos ter claro o que é matéria exclusiva do Executivo – ele que terá de enviar – e o que temos como direito residual, havendo oportunidade de fazer aqui na Câmara. Nós faremos de maneira coletiva porque, afinal, é uma comissão geral aprovada pelo Plenário da Câmara Legislativa.

Eu gostaria que essa combinação permeasse todos os colegas representantes das entidades, para que pudéssemos, de fato, fazer desse um tempo vitorioso, de avanços, de conquistas. Sei que ambos os segmentos têm anseios de obter essas vitórias.

Composta a Mesa, solicito ao pessoal do apoio que mantenha o contato com as autoridades do GDF, que devem nos dar uma posição sobre se virão ou não a esta Casa. Se não vierem, nós, do Legislativo, entenderemos que é um forte agravo a essa instituição e à representação do Distrito Federal.

Vou passar a palavra à Deputada Eliana Pedrosa, que, juntamente conosco, foi autora desta comissão geral. Eu vou passar a palavra a S.Exa. para que ela possa se manifestar.

Quero também registrar aqui que todo esse processo do encontro dos dois segmentos teve a nossa presença e a nossa participação ativa, como também da Deputada Eliana Pedrosa. O encontro foi feito com absoluto acompanhamento das representações. Houve diálogos com a máxima responsabilidade e noção da tarefa que cabe ao Parlamentar e das tarefas que cabem ao Poder Executivo.

Passo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Obrigada, Sr. Presidente. Boa tarde a todos e a todas. Boa tarde?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	5

Eu quero expressar a minha satisfação de poder estar aqui hoje nesta comissão geral discutindo e dialogando com os servidores da carreira de assistência, com os ATRS – Atendentes de Reintegração Social.

Ao longo da semana passada, nós tivemos muitos encontros, muitas conversas e, dessas conversas, ficou estabelecido o seguinte: ganharíamos a semana para que cada um de vocês pudesse apresentar as sugestões, as suas demandas para o projeto de lei que já se encontra na Casa e para um projeto de lei que viria satisfazer a todos que integram a carreira de assistência. Esse projeto também vai valorizar a política do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, o protagonismo do Distrito Federal de ter saído na frente de todo o Brasil. Eu conheço as representações dos dois lados e tenho certeza de que vocês estudaram muito bem os textos e vêm com as propostas.

Hoje, muito mais do que falar neste primeiro momento, eu já estou ávida por ouvir vocês e para dizer, ao final desta comissão, qual será o encaminhamento que nós podemos tirar daqui hoje para que nós possamos fazer a votação de um projeto que já chegou a Casa. Também poderemos encaminhar junto ao governo aquilo que poderá chegar ainda à Casa através da demanda da carreira de assistência, que tem se mobilizado muito no sol, na chuva, em frente ao Buriti, aqui na Câmara Legislativa. Nós queremos poder dar uma satisfação a todos vocês.

Todos sabem que tive uma passagem na Secretaria de Desenvolvimento Social e lá aprendi a amar a todos vocês do fundo do meu coração. Amo vocês pelo trabalho que desempenham, pela dedicação que vocês têm, pelo carinho com que acolhem as pessoas que chegam ali.

O nosso compromisso é esse, e tendo essa compreensão de como funciona, de como é importante o trabalho de vocês, é que nós vamos nos esmerar para que todos possam sair daqui unidos e não divididos, na certeza de que todos estão privilegiados dentro do plano de carreira que vai ser proposto. E, mais ainda, as políticas públicas relacionadas ao Suas, SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, todas elas, na sua integridade, vão estar muito bem construídas para que Brasília, como Capital, continue à frente de todo o Brasil.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Colegas, eu estou aqui com um problema. Recebi uma informação: de fato, os convites foram enviados em cima da hora, mas logo, de pronto, comunicamos ao secretário que representa os interesses do Distrito Federal sobre este evento, sobre este debate. Informamos que era necessária a presença dos secretários das quatro secretarias: da Sedest, da Sejus, da Secretaria da Criança, como também da Secretaria de Administração. Este último é o órgão que encaminha as proposituras do governo nessa matéria. O



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	6

secretário mandou informar que não virá. Eu me sinto prejudicado no encaminhamento deste tipo de coisa, porque ele foi avisado. No caso desta secretaria, eu fui pessoalmente. Considero extremamente prejudicado esse processo, porque, no final das contas, a secretaria que vai ter que se debruçar sobre os entendimentos necessários é a Secretaria de Administração, com todo o respeito ao nosso secretário da Criança, ao secretário da Sedest, que ainda não chegou – espero que venha. Se a Secretaria de Administração não vier, não adianta a gente fazer uma combinação de jogo, pois precisamos do respaldo dessa secretaria.

Quero, antes, pedir desculpas à Deputada Erika Kokay, que veio acompanhar esta comissão geral. Convido-a para estar aqui conosco.

Vou insistir com a assessoria para que mantenha diálogo, porque o pessoal da Sejus disse que não recebeu o convite. Todos receberam e confirmaram. Essa é a informação que nós temos. Então, por dever de ofício, e em respeito à Secretária da Criança, nós vamos começar com ela. De toda maneira, estou me sentindo literalmente prejudicado no encaminhamento dessa matéria. Vou ser muito sincero com vocês. Eu me empenhei o máximo que pude. A Deputada Eliana Pedrosa é testemunha de todo o esforço que eu fiz. Foi uma semana extremamente difícil, assim como a semana passada. O pessoal que tem vindo a esta Casa tem percebido a agenda extremamente pesada. A despeito disso, o *Correio Braziliense* faz hoje uma campanha: “Vai Trabalhar, Deputado”.

Eu, infelizmente, não conheço quem é esse Deputado. Eu sei o que faz este que vos fala. Quanto aos outros, é ir lá e averiguar. Naturalmente, a minha tarefa não é apenas votar, há muitas outras tarefas. Eu estou sentindo essa dificuldade, mas acho que, em respeito aos sindicatos presentes e à Secretária Eliane Aparecida, nós vamos começar por eles, na expectativa de que os outros agentes públicos cheguem à Casa.

Concedo a palavra à Sra. Secretária Eliane Aparecida da Cruz.

SRA. ELIANE APARECIDA DA CRUZ – Boa tarde. Boa tarde a todas e a todos. É uma honra poder participar desta audiência em formato de comissão geral.

Eu gostaria de agradecer ao Deputado Wasny de Roure pela oportunidade, pela convocação desta atividade. Agradeço também à Deputada Eliana Pedrosa, ao Cássio Moura, do SindSasc – nos conhecemos hoje –, ao Cristiano Torres, do SindATRS e à Erika Kokay.

Eu vou fazer algumas considerações. Acho que há uma opinião em relação à Secretaria da Criança, que trabalhou pela apresentação de um projeto pela criação de uma carreira do sistema socioeducativo. Vou fazer uma apresentação, algumas considerações. Tenho certeza de que muitas dessas considerações já fazem parte do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	7

conhecimento e do nosso cotidiano. Nós trabalhamos na área social. De qualquer forma, são as questões que justificam apresentar esse projeto hoje. Espero que essa apresentação e o debate que se desenvolve hoje tragam resultados satisfatórios para o conjunto dos trabalhadores dessa área. Não pretendo fazer uma apresentação de coisas que vocês não conheçam, mas eu preciso relembrar questões que são importantes. Então, eu vou fazer isso de forma coletiva e rápida. Eu não costumo ser demorada.

Vocês conhecem a legislação. De 1927 a 1979, são cinquenta anos. No Brasil, para acontecer a mudança da legislação referente às crianças e aos adolescentes ou aos antigos menores, passaram-se, de 1927 a 1979, cinquenta anos. Esse é um grande problema quando a gente está falando de crianças e adolescentes.

Só em 1988, ou seja, sessenta anos depois, o Brasil, ao debater a Constituição Federal, ao se mobilizar pela Constituição Federal no processo de redemocratização, recolocou ou colocou a questão dentro dos direitos sociais da criança e do adolescente. Portanto, só em 1990 é que nós conseguimos construir o Estatuto da Criança e do Adolescente. Eu estou fazendo uma apresentação dos prazos políticos que, às vezes, são exigidos de cada um nós para as conquistas necessárias aos direitos sociais.

Então, de 1927 a 1990, foram sessenta anos em que a gente acabou tendo paralisação, paralisia das políticas e dos direitos sociais. Isso, eu tenho certeza de que é uma coisa de comum acordo. Eu acho que quem trabalha na área social sabe o quanto é difícil um passo a mais em relação aos direitos.

Em 2012, por resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a criação do Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo. Em 2013, o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo, da Secretaria de Direitos Humanos. Aqui, em 2011, a criação da Secretaria da Criança. Em 2012, o Programa de Atendimento Socioeducativo do Distrito Federal, proposto pela Secretaria da Criança. Hoje, a ação e a articulação de projetos políticos pedagógicos de medidas socioeducativas do Distrito Federal desenvolvidos e articulados com o conjunto do Distrito Federal, com o conjunto das secretarias, coordenado pela Secretaria da Criança.

Por que eu fiz essa consideração inicial? Porque, até aí, eu tenho certeza de que há uma compreensão e um entendimento geral do quanto é necessário que a gente tenha ações articuladas para o crescimento e para a conquista de direitos sociais do Brasil.

Então, vou apresentar só mais duas questões. Primeiro, as prerrogativas. A proposta da criação da carreira socioeducativa está baseada nas seguintes



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	8

prerrogativas: as orientações que estamos trabalhando junto à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Esse Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo versa sobre a necessidade da criação de uma carreira específica, em consonância com o Sinase – hoje, nós já temos um estado que desenvolveu essa carreira, que é o Estado do Acre – e em consonância com as discussões realizada no âmbito do Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras da Política de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – FONACRIAD.

Então, esses são os espaços onde os dirigentes da Secretaria da Criança vêm dialogando com o conjunto do País, dentro da política de atendimento socioeducativo do Sistema Nacional Socioeducativo, sobre o porquê ou de onde surge a proposta feita e as prerrogativas para a sugestão de criação dessa carreira. Os motivos, a motivação é, principalmente, especializar o atendimento prestado aos adolescentes em conflito com a lei, incluindo a qualificação profissional específica, a habilitação criteriosa para o ingresso e a estruturação dos cargos pertencentes à carreira, a valorização dos profissionais e o estímulo ao pertencimento, diminuindo a rotatividade de servidores e a descontinuidade do trabalho socioeducativo.

Por fim, os cargos. Está sendo sugerida uma estrutura com especialista socioeducativo, atendente de reintegração socioeducativa, técnico socioeducativo e auxiliar. Na lei, inclusive já estão propostos os números de quantos cargos em cada uma dessas especificidades que eu coloquei com essa carreira começaria. As atribuições são as de: formulação, planejamento e coordenação, no caso do especialista; no caso do atendente de reintegração socioeducativa, também as atividades relacionadas à participação junto à criança e ao adolescente e também a de guarda, acompanhamento e segurança. Além dos técnicos e dos auxiliares, que serão parceiros e que estarão, *pari passu* com o conjunto dos outros cargos, fazendo atendimento dentro das unidades de atendimento às crianças e aos adolescentes.

Sr. Presidente, Deputado Wasny de Roure, a sugestão foi que eu apresentasse os motivos que levaram a Secretaria da Criança a apresentar a proposta da carreira. Eu fiz a apresentação. Espero que eu tenha conseguido explicitar os motivos, porque aqui eu acho que, mais do que tudo, é preciso explicitar. Então, nós temos uma motivação técnica, uma motivação de articulação junto com a Secretaria de Direitos Humanos. Apresentei as prerrogativas, inclusive como isso vem sendo desenvolvido no País, e a estrutura da carreira, ou seja, como essa carreira pode atender de forma adequada o sistema socioeducativo e, principalmente, o nosso interesse, a nossa necessidade de tratar a questão da criança e do adolescente no País como vem sendo tratado no Distrito Federal: com presteza, com seriedade, sem preconceito; tratando junto à comunidade, junto à sociedade dos fatos que acontecem; fazendo uma política que atenda a esse público,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	9

que dialogue com a sociedade e que dialogue com as famílias sem repetir o que muitos fazem, que é jogar para debaixo do tapete uma questão que hoje é uma questão social essencial para o País.

As crianças e os adolescentes deste país merecem o nosso respeito, merecem a nossa atenção e merecem o Estatuto da Criança e do Adolescente da forma como ele está. Por isso, estamos apresentando a proposta de carreira.

Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Secretária.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, colegas. Acabo de receber um recado aqui de que a fala dela é também a fala da Secretaria de Administração, pois o secretário se encontra, neste momento, em uma audiência no Tribunal Regional de Trabalho, em função dessa questão metroviária.

Quero me desculpar com os colegas Deputados que chegaram agora, Deputado Wellington Luiz, Deputada Liliane Roriz, Deputado Chico Leite, que já passaram aqui, e minha querida colega e Líder do governo, Deputada Arlete Sampaio, que também convido para ficar conosco à Mesa.

Registro também a presença do Deputado Aylton Gomes – desculpe-me, Deputado, mas eu não vi que V.Exa. havia chegado. Registro também a presença do ex-Secretário de Desenvolvimento Econômico, Daniel Seidel. Peço até que ele me ajude junto ao atual secretário.

Concedo a palavra ao Sr. Cristiano, representando o SindATRS – Sindicato dos Atendentes de Reintegração Social do Distrito Federal.

SR. CRISTIANO TORRES – Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente. Quero cumprimentar todos da Mesa, em nome do Presidente Deputado Wasny de Roure e do ex-Secretário Daniel Seidel, que está presente.

A criação da carreira socioeducativa é um pleito nosso desde muito tempo, que se consolidou agora, desde 2011. Estivemos inúmeras vezes, inclusive já fizemos duas paralisações, duas greves, em prol da criação dessa carreira, buscando a criação da carreira socioeducativa. Por quê? O que identificamos quando nós, dessa última leva de 2010, entramos? De repente estávamos nas nossas unidades trabalhando e víamos servidores que até então eram servidores antigos de casa, que tinham tempo de luta também, mas que nunca tinham desenvolvido trabalhos dentro do sistema socioeducativo. Nós perguntávamos: “Olha só, o servidor veio de onde?” “Veio da Sedest, porque estão faltando seis meses ou um ano para se aposentar e está vindo para cá para poder se aposentar com a gratificação.”



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	10

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Só um minutinho, Cristiano.

Companheiros, fizemos aqui uma combinação de ouvir o colega que representa o Sindicato da Carreira da Assistência Social. Ele vai falar. Eu gostaria que todos nós o ouvíssemos, por gentileza, mantendo aqui o nosso compromisso firmado no início dos trabalhos.

Por gentileza, Cristiano.

SR. CRISTIANO TORRES – Obrigado, Presidente.

Bom, identificamos isso como um problema, haja vista que nós tínhamos servidores que vinham compor o sistema socioeducativo e que nunca brigaram por ele. Sempre o sistema socioeducativo esteve à margem das suas políticas. Sempre foi assim. Nós só éramos lembrados em tempos de greve, devido à força que tínhamos no movimento paredista. Sempre foi assim.

Outra coisa: identificamos também que, para haver uma melhor profissionalização daqueles servidores que lá estavam executando as medidas socioeducativas, a carreira, sim, era necessária, e não víamos prejudicada também a política pública.

Gente, a política pública vem de cima para baixo. Há vários estados onde a carreira do sistema socioeducativo está espalhada em diversas carreiras. Em Santa Catarina e no Mato Grosso, por exemplo, está junto com o penitenciário. No Acre, é uma carreira própria. Em Minas Gerais, a carreira é própria de agente. E o que nós estamos buscando aqui é a criação de uma carreira socioeducativa. Hoje, os servidores que executam as medidas socioeducativas estão dentro da carreira pública de assistente social. Para que a carreira exista, há que se tirar servidores de algum lugar, que é onde estamos hoje.

A proposta que o governo enviou, que foi estudada, discutida, é de que os servidores que hoje executam as medidas socioeducativas passarão a compor a nova carreira. Ou seja, não se está tirando servidor que não esteja executando medida socioeducativa hoje para a carreira que está sendo criada.

Aqui só se está ratificando uma separação que sempre existiu. Era o sistema socioeducativo e, como muitos colocaram aí, o pessoal da Sedest. Sempre foi colocado desse jeito. O pessoal do Cajé e o pessoal Sedest. E aqui só se está ratificando essa divisão que sempre existiu.

Entendemos que, se já tivesse havido um consenso lá atrás, talvez nós já estivéssemos aqui discutindo uma ampla reestruturação das duas carreiras: a criação da carreira Sinase e uma reestruturação da carreira de vocês. Mas, como não houve



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	11

um consenso por parte da representação sindical, à época, que trouxe o debate para agora, acredito que uma ou outra coisa se perca no meio desse caminho, devido a não ter havido esse consenso pela representação sindical. Mas acredito que ainda dá para se salvar muita coisa.

Podemos incluir várias coisas, ou sair daqui com um encaminhamento para que haja, além da criação da carreira Sinase, também uma ampla reestruturação da carreira de assistência social, que se faz necessária também, haja vista a transversalidade da carreira. Hoje, enquanto não houver a separação, nós continuaremos sendo seis secretarias dentro da carreira pública de assistente social. Com a separação, seremos cinco. A carreira de vocês contará com cinco secretarias. É uma transversalidade muito grande e isso dificulta qualquer discussão entre secretários. Nós tivemos essa dificuldade, porque quando íamos discutir qualquer coisa, se não sentássemos... Agora mesmo estão faltando alguns atores que poderiam estar aqui para acrescentar algo ao processo. E não há!

Em tudo o que se vai fazer, é uma dificuldade! Ou é uma dificuldade de agenda, ou é uma falta de interesse, porque aqui vai beneficiar esse, vai prejudicar aquele outro. E o que queremos é a carreira do sistema socioeducativo, para que o servidor se sinta servidor da carreira do sistema socioeducativo. Hoje, tenho certeza de que mais de 90% dos servidores que executam medidas socioeducativas não se sentem servidores da carreira de assistente social, mas servidores do sistema socioeducativo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputado Cristiano Araújo.

Concedo a palavra ao Cássio Moura. Quero dizer aos colegas que estão lá fora que eles podem chegar até aqui pelas escadas e se acomodar no nosso auditório.

SR. CÁSSIO MOURA – Boa tarde a todos.

Estamos, neste momento de grande importância e de tamanha riqueza, tanto para a Câmara Legislativa, que nos proporciona hoje um espaço que o Executivo nos negou e continua nos negando... Queremos deixar aqui, de forma muito transparente e tranquila, o agradecimento da carreira pública de assistência por esse espaço, principalmente pela qualidade e pela coragem de podermos sentar com aqueles que têm ideias talvez um pouco divergentes, mas que têm a mesma labuta, o mesmo dia a dia, o mesmo ombro a ombro, de tamanha grandeza, ao sustentar as suas famílias e a sua própria dignidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	12

Esse papel, além de ser digno do ponto de vista da construção das suas próprias famílias, é digno e respeitado do ponto de vista da construção de uma sociedade à qual todos nós pertencemos.

Então, neste momento, muito mais que palmas, vaias ou arrepios, temos aqui o nosso presente e o nosso futuro. O futuro e o presente da nossa sociedade.

Nessa construção, não posso deixar de manifestar aqui a insatisfação e a tristeza de ter um secretário na figura do Sr. Wilmar Lacerda, que se nega a comparecer a esse debate de forma verdadeira e a se posicionar, até mesmo através de seus pares. Porque é uma secretaria formada – podemos dizer – com diversos cargos de confiança que poderiam estar aqui, neste momento, se posicionando pela SEAP – Secretaria de Administração Pública e explicando a diferença entre um processo de participação e um processo de divisão de uma carreira da forma como vem sendo proposto pelo Governo do Distrito Federal. (Palmas.)

Participar vai muito além de sentar-se a uma mesa e discutir breves palavras ou tamanhas importâncias de parágrafos ou vírgulas. Participar vai muito além de sentir o porquê de cada uma e de cada um dos servidores que estão aqui neste momento, como se existissem dois sistemas de medidas socioeducativas. Não podemos dizer que as medidas socioeducativas são compostas apenas por um ou dois cargos. Temos quatro cargos dentro do processo de medidas socioeducativas.

Mais do que isso: temos que atentar para a forma pela qual a nossa sociedade vem sendo constituída nos últimos anos. Desde 2004, estamos buscando a construção de uma política que possa trazer garantias de direito, de forma verdadeira, aos moradores do Distrito Federal. Essa política vem sendo construída no Brasil inteiro.

Não podemos desconsiderar os planos propostos. O PPA 2012/2015, por exemplo, traz um quantitativo de servidores para determinada carreira. De repente, ocorre uma desconsideração de valores e se retiram servidores de uma carreira, propondo a criação de outra. Ou seja, não estamos aqui só para discutir se temos de criar ou não uma nova carreira; estamos aqui para discutir como podemos construí-la. Ou seja, se o Governo do Distrito Federal se propõe a criar uma nova carreira, por que ele não tem o mínimo respeito com a carreira que já existe e cria novos cargos para essa tal carreira? Essa relação tem de ficar clara.

Não se pode dizer que estamos só passando servidores de um lado para o outro. Isso não é verdade. Ao passar um servidor de um lado para o outro, desconsideram-se as políticas que ali estão construídas, desconsidera-se o porquê de determinada carreira ter tantos cargos. Não há preocupação se essa carreira atende a duas, a três, a quatro ou a cinco secretarias. As secretarias são abstratas. No governo passado, existiam 17, hoje são 36. No anterior havia quantos? Eu nem me



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	13

lembro. Essa questão de discutir secretarias... Estamos muito mais próximos de discutir as políticas transversais nas quais atuamos. De repente, o governo vem tentando verticalizar sem ouvir os pares e o porquê do entendimento desse processo. (Aplausos.)

Não temos que ficar só discutindo o porquê de cargo a ou cargo b estarem preocupados com uma nova carreira. Companheiros, com todo respeito, nós estamos tendo um amadurecimento nesse processo de 2001 para cá, mas há de se falar também que, hoje, o número de ATRS e de agentes sociais, dos quais eu faço parte, talvez esteja em 1.080 servidores, porém, de 2011 para cá, chegaram 412. Qual a vivência realmente desse amadurecimento?

Eu não estou aqui colocando se é necessário ou não dividir a carreira, se tem de se construir ou não a carreira. Muito além disso, digo de forma muito tranquila: temos de construí-la. Se é para se construir, que se construa, mas que se construa de forma verdadeira, atendendo aos princípios da LOA, na qual está previsto, no seu artigo 7º, que as carreiras poderão, sim, ser alteradas ou construídas, desde que sejam ouvidos os seus servidores. E ouvir os servidores está muito além de ouvir um determinado cargo. (Palmas.)

Ora, eu não posso, em um determinado momento da minha carreira, da minha vida funcional, deixar de estar preocupado com quem irá se aposentar. Esse talvez seja o maior desrespeito do Governo do Distrito Federal ao propor esse PL, ao entender que o servidor que lidou 35 anos dentro de uma unidade de internação não possa seguir os seus companheiros. (Palmas.)

No mínimo, nós teríamos de estar aqui pensando de forma clara. Onde estão os direitos humanos que pregamos? Onde está o companheirismo que pregamos? Onde está a construção de uma política que não há de se dar de outra forma a não ser de forma colegiada? Muito mais e muito além de se prever uma carreira própria para o Sinase. O Sinase prevê o quê? A interposição das políticas. Ele prevê que nós temos de ter uma interlocução direta e, a partir da consolidação das nossas interlocuções, temos de ter uma intervenção direta com o nosso usuário, o respeito para com esse usuário. Agora, pregamos o respeito com o usuário e pregamos também o esquecimento de parte de nossa categoria? Gente, são coisas que não fecham.

Hoje, não queremos apenas discutir se é inconstitucional ou não, o que se vai ser melhor ou não. Queremos, sim, que esse processo pare; que se diga "não", "não" ao projeto, "não" à forma pela qual está sendo construído; "não" à forma pela qual ele chegou a esta Casa; "não" à forma pela qual a Secretaria da Criança vem lidando com o sistema socioeducativo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	14

Temos que ter clareza em duas situações. A primeira: nunca na história se investiu tanto nas medidas socioeducativas como se tem investido no atual momento, mas nunca se desrespeitou tanto os servidores da forma com vêm sendo desrespeitados. (Palmas.)

Temos que ter clareza nesse processo. Se hoje estamos inaugurando quatro novas unidades, deveríamos estar hoje comemorando que estamos aqui simplesmente festejando a redução do número de adolescentes por unidades. Mas não. Conseguimos construir quatro unidades superlotadas. Conseguimos, neste momento, simplesmente dizer ao meio aberto que ele está perdendo esta semana 32 servidores – e que estão faltando na internação.

Essa relação, companheiros, essa relação vai muito além, ela vai muito além da simples construção de uma nova carreira. Essa construção tem que dizer que homens de preto e homens de branco têm que viver lado a lado de forma pacífica, de forma a construir a designação de um socioeducativo que evolua e que possa se mostrar presente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Conclua.

SR. CÁSSIO MOURA – Vou concluir, vou concluir, porque são quinze dias de sofrimento que estão realmente entalados em nossas gargantas.

O senhor me desculpe, Presidente. Mas, eu quero construir... É isso, companheiro. Falta pouco...

Estamos, simplesmente, deixando aqui o posicionamento da nossa assembleia: nós não vamos dizer “não” e não vamos dizer “sim”, nós estamos abertos para a construção desse processo. Esse é o recado da nossa assembleia. Fica muito claro que a possibilidade de construir está na possibilidade de destruir as ideias divergentes. Nesse sentido, estaremos construindo esse processo. Não acredito que emendas possam melhorar esse projeto simplesmente. Esse projeto é muito ruim, mas entendemos que podemos construir um socioeducativo em carreiras únicas ou em carreiras separadas, mas com um princípio: o princípio da construção, ouvindo os quatro cargos.

Sr. Presidente, eu só lhe peço mais um minuto. A nossa categoria está em greve há quinze dias e não tivemos por parte do Governo do Distrito Federal nem sequer uma linha de preocupação com os usuários que estão deixando de ser atendidos. Nesse sentido, nós pedimos a esta Casa que faça uma moção dizendo ao Sr. Wilmar Lacerda que, se ele não tem respeito com os servidores do Distrito Federal, que tenha respeito com os usuários que atendemos e que estão há quinze dias sem nenhum tipo de atendimento. Essa greve pode se prolongar por mais trinta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	15

Então, ficam aqui as palavras dos servidores da carreira pública de assistência, fica aqui todo nosso respeito aos companheiros ATRS que compõem essa carreira. Estamos, de forma direta, nos colocando na construção desse processo.

Obrigado a todos; obrigado à Mesa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Sr. Cássio.

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado.

Companheiro, nós vamos abrir as inscrições, a partir deste momento, para servidores que quiserem se inscrever; nós vamos abrir uma lista de três minutos até quinze. A pessoa se identifica, porque nós precisamos de ter um equilíbrio das falções do ponto de vista da origem das áreas. Podem se inscrever com a assessoria, por favor.

Vamos passar a palavra aos senhores Deputados que não se manifestaram. Alguns já estiveram aqui e não puderam aguardar, mas há alguns Parlamentares presentes e vou chamá-los, se possível, pela ordem de chegada.

A Deputada Erika Kokay chegou comigo. S.Exa. tem uma agenda no plano da Câmara dos Deputados. Vou pedir a S.Exa. para trazer a sua manifestação.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA FEDERAL ERIKA KOKAY – Eu queria saudar a Câmara Legislativa por estar promovendo esta discussão, e eu o faço na pessoa do Presidente da Casa, Deputado Wasny de Roure, e dos demais Parlamentares presentes, que estão oportunizando que possamos traçar uma discussão absolutamente fundamental para que aqui vejamos qual é a concepção e como implementar o sistema nacional das medidas socioeducativas.

Eu diria que nós precisamos fazer com que a criação ou não de carreiras seja derivada da concepção e da política pública; ou seja, antes de qualquer coisa é preciso que se discuta a implementação do SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo aqui no Distrito Federal. As carreiras são instrumentos. Elas não são um fim em si mesmas. Elas são instrumentos da construção de políticas e de concepções. Então, penso que houve um equívoco na medida em que não se promoveu uma discussão sobre a implementação do próprio Sinase com todo mundo que constrói, com todos os profissionais que constroem as medidas socioeducativas aqui no Distrito Federal.

Aqui, eu acabei de escutar a transferência de servidores do meio aberto para o meio fechado, e nós temos uma anomalia no Distrito Federal, que é uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	16

priorização das medidas de internação em detrimento das medidas em meio aberto. (Palmas.)

Nós, sem nenhuma dúvida, reconhecemos o esforço da Secretaria da Criança e do Governo do Distrito Federal na perspectiva da qualificação das medidas. Mas, quando fui pela primeira vez ao Cajé – e só havia o Cajé à época, em 2003 –, nós vimos que ali tínhamos por volta de quatrocentos adolescentes, e a unidade estava superlotada. Foram construídas outras unidades, e essas unidades não tiraram a superlotação do Cajé. Nós vimos ali que não havia uma priorização das medidas em meio aberto. A própria prestação de serviço – e esse quadro é diferente hoje, e nós evoluímos com este novo governo – era de responsabilidade do Poder Judiciário. Então, nós vivíamos, àquela época, um processo de internação quase que compulsório, uma internação que havia sido imposta enquanto prioridade com relação ao conjunto das outras medidas.

O Sinase vem para mudar a lógica, para dizer que é preciso e é importante que nós possamos construir com qualidade as medidas em meio aberto. Primeiro porque, via de regra, ela atinge o adolescente no começo da vida infracional, e ela possibilita um diálogo que é absolutamente fundamental com a família e com a comunidade. E ela mostra uma unidade que deve existir no ECA. Aqui nós falamos sobre o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, mas nós não podemos nos esquecer de que há uma unidade no ECA, nós não podemos olhar o Estatuto da Criança e do Adolescente apenas no que diz respeito às medidas socioeducativas. Nós temos políticas básicas que precisam dialogar com as medidas de proteção, as medidas protetivas, porque nós não conhecemos vitimizadores que não tenham, de alguma forma, vivenciado a situação de serem vitimizados. E a ausência de uma estrutura pronta para que nós possamos implementar as medidas de proteção acaba derivando ou empurrando nesse corredor de exclusão os adolescentes, as crianças, para uma adolescência em conflito com a lei.

Então, não podemos nos permitir fragmentar o Estatuto da Criança e do Adolescente; não podemos nos permitir que tenhamos esse nível de cisão, e digo isso porque também há uma fragmentação das medidas socioeducativas. Eu me lembro e não me esqueço de uma coisa que me chamava muito a atenção e me causava estranheza, que era o fato do prontuário dos adolescentes se iniciar com a medida de internação provisória, como se ele não tivesse tido qualquer tipo de contato com o Estado. Contudo ele teve, teve contato com políticas de educação, teve contato com conselho tutelar; ou seja, ele foi demandante de outras políticas que, ao serem precarizadas, empurraram-no, via de regra, para a trajetória infracional.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	17

Por isso digo que, na minha avaliação, na minha concepção, houve um equívoco no método de discussão. Penso que ninguém é contra em princípio ou como princípio... A carreira socioeducativa pode ser uma construção e pode ser uma necessidade a ser implementada aqui no Distrito Federal, mas ela não pode vir, primeiro, sem uma ampla e profunda discussão com todo mundo que constrói as medidas socioeducativas. (Palmas.). Nós não podemos parcializar ou fragmentar a discussão da necessidade da carreira, porque a primeira discussão que temos que fazer, e eu repito, é como implementar o Sinase, é como construir a política.

A segunda medida é como nós podemos dialogar, e temos que dialogar entre as medidas socioeducativas e o conjunto das políticas ou das medidas de proteção e das políticas básicas. Isso tem que estar consolidado para que nós possamos fazer com que não tenhamos tantos meninos em conflito com a lei. Porque vivemos em uma sociedade que é profusora dos duplos vínculos e do sofrimento psíquico, uma sociedade que diz todos os dias que é preciso consumir para a pessoa ser reconhecida socialmente e não dá o direito de consumir! Portanto, é uma sociedade que cinde, que aparta.

Por isso eu queria concluir dizendo para cada uma e cada um de vocês que, a meu ver, Deputado Wasny de Roure e demais Deputados, nós não poderíamos partir do princípio ou do patamar do projeto que adentrou nesta Casa. Nós tínhamos que partir de um processo anterior a esse; ou seja, deveríamos zerar o jogo, digamos assim, e começarmos a fazer uma discussão sobre a implementação do Sinase, sobre a necessidade de uma carreira das medidas socioeducativas, para que, a partir daí, pudéssemos construir uma unidade que é absolutamente fundamental.

Eu vou dizer, Deputado Wasny de Roure, que acompanho as medidas socioeducativas nesta cidade há muito tempo, há mais de dez anos. Nunca vi um nível de cisão tão profundo estabelecido em quem tem funções absolutamente prioritárias, porque os agentes, os atendentes são fundamentais, os ATRS, como são fundamentais os técnicos, como são fundamentais os agentes sociais (Palmas.). Nós não podemos permitir que haja esse nível de cisão, esse nível de animosidade, porque isso vai impactar inegavelmente a execução da política para que possamos corrigir essa rota. Porque isso por si só, esse nível de cisão já indica que foi equivocada o método de construção da proposta de carreira socioeducativa.

E concluo, Deputado Wasny de Roure, dizendo primeiro a minha insatisfação de não poder ficar aqui até o final porque tenho que voltar para a Câmara dos Deputados. É preciso que possamos corrigir os equívocos que, a meu ver, foram impostos com a tentativa de acertar, sem nenhuma dúvida, para que possamos possibilitar que esses adolescentes em conflito com a lei interrompam a sua



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	18

trajetória infracional e possam ressignificar a sua vida. Por isso precisamos de unidade, e unidade só se constrói com projetos discutidos e tecidos coletivamente.

Era isso o que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Federal Erika Kokay.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Boa tarde a todos e a todas. Eu penso que nós devemos discutir as políticas, as ações que devem ser desenvolvidas para as crianças e adolescentes em conflito com a lei, para as crianças e os adolescentes filhos de famílias em situação de vulnerabilidade social, para as famílias em situação de vulnerabilidade social. Essa é a política social que nós temos de discutir. A partir dessa discussão, definir de que maneira o Estado tem que se organizar para desenvolver de maneira adequada, eficaz e eficiente essas ações e essas políticas. Esse é o começo do debate.

Eu tenho muito orgulho de ter participado do Governo do Presidente Lula como Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social. Lá eu lutei muito para criar uma carreira dos servidores do MDS. Eu aprendi com os gestores da Política Pública de Recursos Humanos do Governo Federal que uma política de recursos humanos pressupõe determinados conceitos e não uma atitude que seja arbitrária. O mal maior desse projeto é que ele é unilateral. Ele é um projeto unilateral porque se pretende atender apenas a uma pequena parte. Não que essa pequena parte não tenha que ser atendida, mas porque, principalmente, quando comecei a ler o projeto e cheguei ao artigo 19, das disposições gerais, e vi que se tratava de política da carreira de assistência social, fiquei revoltada. Sabem por quê? Porque a secretaria não foi sequer consultada a respeito. Nem a secretaria, nem os servidores da secretaria. Para o Estado do Acre é fácil criar uma carreira socioeducativa, porque lá não tem carreira de assistência social. Só que aqui tem! Aqui tem! Como é que vamos dirimir todos os problemas que esse projeto traz? Não dá para ele prosseguir da forma como veio. Eu não tenho nada contra se criar uma carreira socioeducativa. Eu não tenho nada contra, a princípio. Não é por princípio, é que as coisas têm que estar bem definidas. Caso contrário fica uma eterna disputa.

Quando cheguei à Sedest no primeiro ano deste governo, percebi uma coisa horrível: havia salários e gratificações diferenciados, e as pessoas queriam mudar de carreira por interesse dessa natureza, não por compreender e querer participar da política pública. Nós não podemos criar um mecanismo que permita a continuidade dessa disputa. Não podemos permitir o canibalismo dentro dos próprios órgãos que fazem a política de assistência social.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	19

Então, eu penso – e já tenho conversado com vários Parlamentares aqui, com os sindicatos, com os dois lados – que nem os ATRS têm interesse nessa divisão e na situação desse clima.

(Manifestação da galeria.)

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Eu estou falando o que eu acho. Então, deixem-me falar o que eu acho. Penso que deveríamos rediscutir, no âmbito interno do próprio governo, esse projeto. A minha convicção, meu desejo e decisão é procurar o Governo do Distrito Federal e dizer que não dá para esse projeto prosperar. Que possamos fazer o verdadeiro debate que tem de ser feito para que não haja a continuidade, *a posteriori*, da votação de um projeto de lei como esse num clima de divisão que se estabeleceu desnecessariamente por açodamento para se mandar esse projeto para a Câmara Legislativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

O Deputado Wellington Luiz pediu para falar no final, depois das falas dos servidores, mas a Deputada Celina Leão se encontra e não sei qual a opinião dela. Então, concederei a palavra antes à Deputada Celina Leão e à Deputada Eliana Pedrosa, para, depois, ouvirmos os servidores. Peço ao pessoal a listagem que identifica as carreiras.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, eu acho importante dizer que esta, principalmente diante de uma campanha contra a Câmara Legislativa, é a Casa que equilibra os poderes, que faz com que, quando um projeto chega aqui, entremos em debate e cresçamos para criar isonomia. Este é o local de debate. Estamos enfrentando, há três semanas, uma campanha contra a Câmara Legislativa. Só que, muitas vezes, projetos chegaram aqui, como esse ao qual tenho críticas a fazer, e esta Casa construiu isonomia. Mas coloco aqui que discordo, inclusive, da Deputada Erika Kokay, pontualmente, em uma questão. Estivemos aqui na segunda-feira com as promotoras, inclusive da Vara da Criança e da Adolescência, e elas colocavam que a liberdade assistida, hoje, não consegue nem ser implementada. Nem a liberdade assistida! Quando começa a execução... Não estamos conseguindo alcançar essa liberdade assistida.

Então, eu queria colocar que o processo inteiro, como um todo, para dar certo, não pode ter uma ou outra categoria atendida. Pessoal, é importante se valorizar. Eu acompanho isso de perto, porque fui Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, estive dentro dos presídios, dentro do Cajé, conversando várias vezes não só com as pessoas ou com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	20

jovens que eram vítimas de violência, mas também com os prestadores de serviço. É importante pontuarmos aqui que houve uma parcela que foi à luta, buscou tentar a melhoria para a categoria, só que o dever do Estado era atender uma categoria e também a outra. Só para colocar que o mérito da busca de algumas categorias é louvável, mas não podemos nos esquecer da carreira como um todo, e falei isso para o presidente do sindicato que esteve comigo. Falei: “Cristiano, vocês lutaram três anos, e essa luta é digna. Só que o projeto chegou aqui sem contemplar a outra categoria, e não podemos votar”. Esta Casa tem de buscar justiça e isonomia. O Estado deveria zelar por isonomia, mas na falta dele a Câmara Legislativa tem de atuar.

Eu quero dizer que tenho o maior respeito pela carreira ATRS, porque a conheço a fundo, só que não temos condição de votar sem trazer o projeto para uma discussão. Só tenho uma discordância com a Deputada Federal Erika Kokay: eu não acho que temos de zerar. Temos de melhorar para criar a isonomia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Registramos aqui a presença do Deputado Dr. Michel, Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar; do Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputado Olair Francisco, e do Vice-Presidente desta Casa, Deputado Agaciel Maia.

Peço a compreensão dos colegas. Vamos ouvir a Deputada Eliana Pedrosa. Nós já temos a lista de onze servidores inscritos, intercalando os segmentos que representam, para que possamos ouvir a opinião. Tão logo se conclua a manifestação dos Parlamentares, iniciaremos esse momento. Eu peço a compreensão de vocês, e assim seremos um pouco mais céleres em face da presença dos colegas Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Farei um balanço de tudo que aconteceu nesta Casa desde que chegou o projeto dos ATRS aqui. Tivemos esse projeto para ser protocolado em um determinado dia. Esse projeto, atendendo ao apelo das lideranças da carreira de assistência social, não foi protocolado. Nós tivemos oportunidade – eu e o Deputado Wasny de Roure –, por dois dias consecutivos, de promover reuniões para o encontro dessas duas carreiras, sempre fazendo o apelo de que não queríamos a divisão, porque a divisão não é boa, como estamos vendo aqui hoje. Todos nós estamos irmanados para o mesmo objetivo, mas estamos vendo aqui uma grande divisão.

Eu, particularmente, fico muito triste. Por quê? Nesses encaminhamentos, foi tirado exatamente o que vou falar aqui. Os ATRS concordaram que o projeto não fosse votado na semana passada, para que desse tempo de todos que estão na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	21

carreira de assistência social pudessem apresentar suas demandas, suas sugestões de modificações do projeto. Eu tenho um compromisso com a carreira de assistência social. (Palmas.)

O que fizemos? Para ganhar tempo, a fim de que a carreira de assistência social pudesse apresentar suas demandas, eu e o Deputado Wasny de Roure protocolamos esta comissão geral, para que hoje pudéssemos aprofundar essa discussão. Se houve a falha de a Sedest ter sido excluída da discussão, a secretaria foi chamada à discussão ao longo dessa semana. Ela foi chamada à discussão, e eu estranho muito a ausência aqui do representante da Sedest. Não é assim que se busca o diálogo, não é assim que se busca o respeito às duas carreiras: aquela que está hoje viva na lei, e aquela que se pretende criar.

Eu não entendo essa ausência, pois quando o Secretário Wilmar Lacerda deixa de vir aqui, começo a entender por que a Sedest não foi ouvida: porque não se apresenta para a discussão. Em toda conquista que queremos, dentro de um processo democrático, nós temos que nos apresentar para a discussão, temos que estar presentes, expressar nossas opiniões, nossos argumentos, aquilo que queremos. É muito fácil, agora, fazer a divisão aqui, promover essa divisão que é horrível para os nossos objetivos, é horrível para os servidores, é horrível para os Parlamentares e para o próprio governo. Ninguém sai ganhando.

(Manifestação do auditório.)

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – O sindicato está aqui. Calma, você vai poder se inscrever para falar, como todos aqui podem se inscrever. O seu direito de fala está garantido, por isso estamos nesta comissão geral. Todos que quiserem falar falarão. Estou dizendo que a Câmara Legislativa recepcionou o projeto do governo. Vieram aqui e disseram: “A Sedest não foi chamada à discussão”. Agora ela foi chamada e não está aqui. Isso é um fato.

Quero dizer a vocês que, ao longo desta semana, recebi de servidores da carreira de assistência algumas propostas para melhoria do projeto que atenderiam as duas carreiras. Não sei se atendem a todos, mas essas contribuições foram transformadas em emendas para serem discutidas e debatidas nas comissões por onde esse projeto vai tramitar. Haveria esse prazo – eu pensei que seria hoje – para que fizéssemos um debate produtivo. O que ficou estabelecido aqui – a Nilmar sabe disso; o Cássio esteve em minha sala e sabe disso, o Edgley também, vários servidores sabem disso – é que efetivamente nós vamos discutir. Ou é positivo atrapalharmos uma carreira e não termos uma proposta para apresentar? Vocês gostariam disso? Eu estou fazendo um encaminhamento. Qual é a proposta? (Palmas.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	22

Foi dito aqui para, simplesmente, não aceitar. Apresentem as propostas de vocês. O que efetivamente vocês querem? A Raquel, que está presente, talvez hoje seja uma das pessoas que, pelo tempo que milita na área de assistência social, por todos os cargos pelos quais já passou, tenha uma compreensão geral de tudo que está acontecendo aqui. Peço à Raquel e a todos os outros que se colocam como líderes da carreira de assistência, que façam um momento de parada e se organizem em um pedaço deste auditório, para ver o que vocês querem. A gente vê que há insatisfação, mas não entende o que vocês querem. Isso não está claro. Até agora, o que ouvimos aqui foi: não prospere com esse projeto. Mas o que vocês querem em troca? Sem proposta não há como evoluir.

(Manifestação no auditório.)

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Se vocês não querem o diálogo, então eu quero dizer que o dia que vocês quiserem o diálogo, nós estaremos abertos para ele. Minha posição é: tenho que seguir ao lado daqueles que buscam o diálogo, que buscam aprimorar a política. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

A Deputada Arlete Sampaio gostaria de fazer um informe antes de chamarmos o próximo inscrito.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, eu gostaria de informar a todos e à Deputada Eliana Pedrosa que o Secretário Osvaldo Russo está, neste momento, assinando um protocolo com o Governador, lá na Praça dos Três Poderes, na Secretaria de Turismo, o projeto Turismo Cidadão. Logo ele estará aqui.

Também quero dizer que não houve, em nenhum momento, omissão da Sedest em debater as questões relativas aos servidores públicos, tanto na minha gestão, quanto na gestão do Secretário Daniel Seidel.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Indago aos colegas Parlamentares que estão presentes se desejam se manifestar neste momento ou somente no final. Por favor, notifiquem-me, caso contrário, vou convidar o Edgley de Souza, auxiliar social, para fazer uso da palavra por três minutos.

Eu peço que se limitem ao tempo concedido para democratizarmos o direito à palavra.

SR. EDGLEY DE SOUSA – Boa tarde a todos; boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, Srs. Deputados.

Respondendo à Deputada Eliana Pedrosa, participamos, sim, de algumas reuniões, mas, se for observado, Deputada, o nosso grito de ordem, lá na primeira



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	23

reunião, neste plenário, já era de não à divisão. Fomos surpreendidos com um projeto que já estava sendo encaminhado para a Câmara Legislativa. Falávamos, a todo momento, que uma categoria de quase 4 mil servidores não havia sido ouvida, tanto que a gente, neste instante, consegue perceber essa divisão.

A nossa maior preocupação ainda é que a política de assistência não se faz só com medidas socioeducativas. Acho que a nossa política, a nossa luta, como servidores, indiferentemente do local onde estejamos, é para que o menino não chegue ao socioeducativo. Temos de trabalhar a base da criança para que ela não tenha de chegar ao Caje para ser atendida, pois lá a dificuldade de se ressocializar é maior. A gente tem de procurar unir forças e não dividir a carreira. A divisão minimiza a força de uma categoria que luta há muitos anos para chegar agora... O nosso propósito, Deputada e Deputados, é uma carreira forte, é uma carreira que atende da criança que não tem a estrutura familiar até o adolescente que chegou ao socioeducativo. Não adianta a gente segregar uma carreira, dividir e minimizar esse grupo, que vem enfrentando muitas dificuldades no passar dos anos. A divisão agora vai minimizar mais ainda a nossa força, e o que precisamos neste momento é trabalhar o todo.

A assistência precisa trabalhar a família, a criança e, por último, o socioeducativo. Este só seria trabalhado quando cessassem todas as alternativas.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Edgley.

Convido o Claiton Oliveira, da carreira de ATRS, para fazer uso da palavra.

SR. CLAITON OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Vou cumprimentar rapidamente para não perder tempo. Na verdade, a gente precisa ter bastante responsabilidade neste momento, porque é claro que não está funcionando. Se estivesse funcionando, o índice de reincidência no sistema socioeducativo não era mais de 80%. Se o sistema estivesse funcionando da forma correta, não existiriam tantos bandidos nas ruas, tantos menores infratores cometendo atos infracionais.

Deputados, senhores, eu gostaria de pedir a colaboração de vocês, pois, enquanto os outros falaram, todos nós ficamos em silêncio. Isso mostra o comprometimento dos nossos servidores.

Srs. Deputados, esse projeto de lei não mexe em absolutamente nada na assistência social. Absolutamente nada! Tudo permanece da forma como está.

Pessoal, quem falou que não foi ouvido, está aqui: o último grupo de trabalho. Esse projeto está sendo discutido desde 2011 e sempre ocorre a mesma coisa, o Seidel não está. O Secretário de Justiça não está. A Secretária da Mulher não está. A



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	24

Secretária do Idoso não está. Só estava lá a Secretária Rejane Pitanga; o Wilmar Lacerda e SindATRS. Nem o Sindsasc foi. Pessoal, está aqui há três anos, desde 2011. Desde 1992, há a discussão desse projeto.

Senhores Deputados, a carreira Sinase simplesmente é para solucionar. Vocês querem solucionar o problema do sistema socioeducativo? Para solucionar o problema, é preciso que essa carreira saia, senão, o sistema socioeducativo não vai funcionar.

Senhores, isso mostra exatamente o lado de um grupo e o lado do outro. Senhores Deputados, Deputado Wasny de Roure, nós fizemos questão de que, nesse projeto de criação da carreira, não existisse nenhuma diferença salarial, nenhuma diferença de gratificação entre o que já acontecia antes e o que acontece hoje. Tudo permanece intacto. Eu não sei por que a Sedest está batendo o pé. Eu não sei por quê. Eles não estão sendo prejudicados em absolutamente nada. Esse projeto só trata de sistema socioeducativo. Algumas coisas nos foram passadas. Eu concordo plenamente. Por exemplo, em relação aos aposentados, inclusive era uma proposta nossa. Nós achamos que o servidor que se aposentou no âmbito do sistema socioeducativo tem que fazer parte da carreira. Deputado, isso já está na proposta. Está como emenda. Os servidores que estão na Sedest, na Sejus, na Secretaria da Mulher ou em outras secretarias que fazem parte da carreira, mas que já trabalharam no sistema socioeducativo, esses terão a opção de participar da carreira. Já está como emenda. O que se percebe aqui é que, na semana passada, fomos chamados para conversar, para organizarmos essa audiência. Hoje seriam discutidas as emendas ao projeto, para ele ser votado na terça-feira. Aqui, pelo que estamos percebendo, houve um golpe de estado! Eles não querem discutir. Se quisessem discutir, as emendas já estariam aqui.

Deputados, mais uma vez, vou fazer um desabafo: para o sistema funcionar, para diminuir consideravelmente a reincidência, a criminalidade no Distrito Federal, é imprescindível que esta Casa seja responsável e aprove este projeto.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Neste momento, concedo a palavra ao Sr. Daniel Seidel, ex-Secretário da Sedest.

SR. DANIEL SEIDEL – Boa tarde a todos e a todas. Na pessoa do Deputado Wasny de Roure, eu cumprimento toda a Mesa. Na pessoa do Cássio, eu cumprimento todos os servidores ATRS da nossa carreira pública: especialistas, auxiliares básicos. Com todos esses eu tive a oportunidade de trabalhar e, nesse período, pude zelar por essa carreira.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	25

Eu gostaria de dizer que, no processo de negociação, eu fui o único secretário que esteve em todas as mesas. Se houve mesa específica para a qual o Secretário da Sedest não tenha sido chamado, eu costumo respeitar e sou educado.

Deputado Wasny de Roure e demais Deputados desta Casa, a quem eu respeito muito, eu gostaria de dizer que o que os servidores da carreira pública querem é valorização. Nessa perspectiva, não tem solução milagrosa. Não adianta criar uma carreira específica e falar que isso vai vencer a situação de exclusão social, que gera a situação que está posta. Desculpem-me.

Se é para fazer propostas, eu quero que a carreira seja uma alteração da Lei nº 5.184 para que todos os agentes sociais, para que todos os assistentes básicos possam também ser elevados a nível superior e, a partir daí, nós tenhamos a valorização, porque foi compromisso do nosso governo e do próprio Secretário Wilmar Lacerda de que, a partir de 2014, nós teríamos a discussão da gratificação por habilidade em políticas públicas, como está acontecendo com a tal da tabela horizontal da PPGG. Esse foi o compromisso assumido – não é isso, Cássio? Eu estou aqui como cidadão, lembrando ao governo e pedindo, então, que a Câmara Legislativa possa efetivamente chamar o Secretário Wilmar Lacerda, porque não é desse jeito que a gente constrói a solução para os problemas que a gente enfrenta na área social, e fazer o encaminhamento de uma discussão dessa envergadura. Aí eu discordo de quem me antecedeu aqui dizendo que não atinge a carreira pública de assistência social. Eu trabalhei cada artigo da lei anterior, a que tira dos nossos servidores que trabalham com abordagem de rua, que trabalham no acolhimento a gratificação por risco, que dá a esses servidores a possibilidade de uma aposentadoria especial. Mexeu, sim.

Então, é por isso que – aí eu quero dialogar com os companheiros ATRS – não se trata apenas de alterar e de não se criar a carreira pública de assistência social ou a carreira Sinase. Trata-se de alterar a Lei nº 5.184 para que todos avancem com a possibilidade de uma valorização. Não tem como avançar com a valorização de apenas uma categoria da carreira pública de assistência social.

Era essa a contribuição que eu, muito singelamente, queria dar. Coloco-me à disposição pelo conhecimento que tive para colaborar nesse processo. O que me preocupa – só para finalizar, Deputado Wasny de Roure – é que boa parte da liderança que está reivindicando uma carreira própria foi aquela que veio aqui a esta Casa reivindicar porte de arma. Ou eu estou mentindo? Nós não precisamos de uma carreira penitenciária. Nós precisamos de uma carreira que reinsira os adolescentes na sociedade. Essa é a minha contribuição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, ex-Secretário Daniel Seidel.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	26

Eu quero dizer aos colegas que nós concederemos a palavra intercaladamente. As falas serão intercaladas. Infelizmente, a listagem que eu recebi não está intercalada, mas vou tentar administrar aqui as minhas dificuldades.

Concedo a palavra ao sexto inscrito, o Sr. Gustavo de Paula.

SR. GUSTAVO DE PAULA – Pessoal, eu queria...

(Manifestação da galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Pessoal, nós combinamos. Isso aqui é uma comissão geral. Colegas, o debate é no plano da divergência. Essa é a grande riqueza. Nós não temos que ter receio disso ou daquilo. É um processo, é a dinâmica. Nós vamos continuar acreditando que temos a capacidade de nos respeitar mutuamente. Está certo?

Com a palavra o Sr. Gustavo de Paula.

SR. GUSTAVO DE PAULA – Eu queria cumprimentar a Mesa, na pessoa do Sr. Presidente, e os colegas que estão aqui.

Sobre a questão da carreira Sinase, a gente queria dizer que isso é uma concretização de uma situação que já existe de fato. Eu queria perguntar aqui quem é técnico administrativo, ou especialista, ou auxiliar do sistema socioeducativo sem os ATRS. (Pausa.) Beleza! São bastantes pessoas aqui. Eu queria dizer que vocês serão contemplados no projeto da carreira socioeducativa. Pessoal, os ATRS, nós estamos tranquilos e não estamos nos manifestando quando alguns de vocês falam, em regra. Eu só quero dizer que vocês vão fazer parte dessa carreira e que nós estamos abertos a ouvir todas as demandas de vocês.

A questão é que isso aqui se originou de uma falta de representação sindical de vocês. De fato, vocês não se sentem representados. Tanto é que existe resgate do outro sindicato, existe grupo de cada categoria. E, nas reuniões que nós tivemos, a falta de representação é tão latente que houve a necessidade de se ter uma pessoa de cada secretaria, pois o sindicato não tinha a capacidade para representar vocês.

Antes de fazer direito, fui aluno do curso de história da UnB. Na antiguidade, a democracia era exercida de forma direta. As pessoas tinham o direito de palavra e de voto. Hoje em dia, ela é feita de forma indireta, inclusive por representação sindical. Se vocês sentiram que não foram ouvidos ou que não participaram do projeto, isso é uma questão de diligência sindical de vocês. Não culpem os ATRS, não acusem os colegas – nós somos colegas, independentemente de sermos de uma carreira ou outra – de quererem criar uma carreira separatista. Nós só queremos concretizar uma situação que já existe de fato. Os servidores, em regra, do sistema



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	27

socioeducativo, principalmente os ATRS, nunca se sentiram representados na carreira de assistência social. Nós sempre nos sentimos pertencentes ao sistema socioeducativo. Então, a gente entende que isso, desde a lei do Sinase, é uma necessidade e que houve, sim, uma discussão democrática que agora está se concretizando. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Gustavo.

Concedo a palavra à psicóloga Raquel Colaço.

SRA. RAQUEL COLAÇO – Trabalhadores da Assistência Social, boa tarde.

Sr. Presidente, Deputado Wasny de Roure, quero agradecer, como trabalhadora, a esta Casa pela gentileza de nos receber e nos garantir um direito do cidadão, que, às vezes, pensamos que não vamos mais encontrar. São 25 anos de serviço. Sou concursada. Quando aqui cheguei, cheguei para trabalhar no concurso que a Fundação de Serviço Social fez para desempenhar as minhas funções no plantão técnico da Colmeia. Fui uma das primeiras psicólogas que executaram a medida de liberdade assistida.

Tenho alguns anos no sistema socioeducativo e fui chamada para cumprir a minha tarefa na Fundação de Serviço Social para gerenciar recursos humanos. Então...

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Raquel, fique a vontade. Você sabe que todos nós temos o maior respeito por você. Pode se sentar. (Palmas.)

SRA. RAQUEL COLAÇO – São muitos anos de luta que não se resumem somente a minha pessoa, mas de várias companheiras e companheiros que já morreram. Quero, lamentavelmente, senhores, dizer que essa partição que está acontecendo aqui vem de muito tempo. Ela vem do convênio Funabem, lá por volta de 1984, quando foram retirados todos os direitos dos trabalhadores da Colmeia que trabalhavam com a infância desvalida e com os menores infratores. Foi ali que nós que éramos do convênio Funabem fomos obrigados a fazer um concurso de seleção para trabalharmos na Fundação de Serviço Social. Naquele momento, a categoria perdia algo em torno de 50% de seus vencimentos. Nenhum governante do Distrito Federal, em todas as condições, observou o drama que aconteceu com esses trabalhadores. No entanto, depois da Constituição, nós nos reorganizamos. Reorganizamo-nos com a nova Constituição, com a LOA e com o ECA.

Aqui nos deparamos com outra crueldade sobre essa situação. Duas trabalhadoras dessa carreira vieram junto com o Suas, com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOBRH, tentando se organizar. Lamentavelmente, em 2004, 2006, não saiu o que a gente pretendia. Em 2007, tivemos o Suas-DF. O Distrito Federal, temos de registrar, é pioneiro em todas as ações de assistência



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	28

social e de proteção à infância e à juventude. Nós estamos uma conferência adiante da conferência nacional.

Em 1994, quando o Governador Cristovam assumiu o Distrito Federal, nós fizemos a nossa primeira reunião. Tínhamos uma conferência que dizia da filantropia para a cidadania. A gente não discutia isso no plano nacional.

Nossos companheiros, nossas assistentes sociais e psicólogas estão no Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, estão em diversas instituições do plano nacional, porque tínhamos uma assistência social e uma proteção à infância e à juventude muito bem discutida, muito bem formulada pela escola de Minas, pela escola do Distrito Federal, tanto da assistência social, quanto da infância e da juventude.

No entanto, a vontade, a necessidade avassaladora de apresentar respostas faz com que percamos o norte. O Secretário Daniel falava da Lei nº 5.184. Em 2009, fizemos a Lei nº 4.450. Algumas pessoas dizem aqui que essa lei não nos atende. Não nos atende, de fato, como trabalhadores comprometidos com a Política Nacional de Assistência Social.

Nós quereríamos, para remendar, para diminuir o estrago, o retorno dos artigos que foram retirados da Lei nº 4.450, qual seja o comitê gestor da carreira, com a participação dos trabalhadores. Esse comitê gestor foi arrancado de nós com toda violência que se possa pensar nos atos administrativos. Queremos o comitê gestor da carreira. Precisamos desse comitê gestor, que vai além da gestão. Precisamos que a carreira pública da assistência social seja gerenciada pelo gestor do órgão da assistência social. Não existirá consonância com a política no Distrito Federal e o com o plano nacional se as observações, se as resoluções do Conselho Nacional de Assistência Social não forem observadas.

Estamos aqui porque estamos dizendo para o Governo do Distrito Federal: vocês estão colocando em risco a pactuação que o Distrito Federal conseguiu fazer com a União. Não podemos deixar... Os trabalhadores da assistência social têm a obrigação pátria de garantir essa política pública, porque, lamentavelmente, companheiros, a fome e a miséria ainda não acabaram neste país. É nossa pretensão que elas acabem, para que se extinga todo serviço dessa natureza, mas não acabou.

Quero dizer, com base em toda a minha emoção: restitua à Lei nº 4.450, para que a gente comece a se entender, porque as emoções estão muito afloradas, e não é a divisão que queremos. Queremos reconhecer que os governantes têm o direito de se organizar para atender aos anseios da sociedade. E é nossa obrigação, prevista nos fundamentos da Política Nacional de Assistência Social, que os trabalhadores concursados sejam os seus efetivos representantes e garantidores,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	29

como representantes de Estado. A Política Pública de Assistência Social lamentavelmente não é uma ação de governo.

Eu vou concluir deixando o meu afeto, o meu carinho e a certeza de que a luta não acabou ainda. Ofereço esse momento de reflexão que faço a todos os comunistas, a todos os trabalhadores que sucumbiram no roubo da sua fala, da sua autonomia e da sua liberdade. Embora o Secretário Wilmar Lacerda não compareça, embora o Secretário Agnelo tenha nos colocado a pecha, com a escola de bandidos em televisão, usando nossos recursos, eu gostaria de, dentro desta Casa, pedir um desagravo: "Por favor, Governador, nós estamos aqui, há cerca de 48 anos, trabalhando com a proteção mínima que o Estado nos repassou. Não somos professores de bandidos. Somos heróis, no rumo da garantia dos filhos de trabalhadores deste país.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Sra. Raquel.

Quero convidar, neste instante, o Sr. Leonardo Ortegá, assistente social da Secretaria da Criança.

SR. LEONARDO ORTEGAL – Boa tarde. Eu quero saudar os representantes da Mesa e os trabalhadores e trabalhadoras presentes, indistintamente.

Eu trouxe uma reflexão por escrito, para tentar ser objetivo e não perder nenhum dos elementos que eu queria trazer para este debate – prometo que vou respeitar o tempo – e também para não deixar que as emoções deem uma derrapada, porque, apesar de eu ser assistente social, apesar de eu trabalhar nesse sistema socioeducativo há cinco anos, visitei o Caje, pela primeira vez, há mais de seis anos, há oito anos, como oficinheiro, para ministrar oficina de *hip hop*, com gente cantando *rap*, dançando *break*, e a gente dava uma assistência às famílias que conhecíamos ali.

Então, eu quero falar como militante da defesa dos direitos da criança e do adolescente, como Delegado Nacional de Conferência de Direitos, porque, para mim, mais do que uma questão técnica, do que uma questão do funcionalismo público, trata-se aqui do futuro de trabalhadores, do futuro de uma política e, sobretudo, do futuro de famílias que são usuárias desse serviço.

Eu queria começar compartilhando uma triste constatação sobre o sistema socioeducativo: estamos em crise. Essa é uma constatação triste, mas é uma constatação honesta, e talvez ela possa nos ajudar a encontrar os caminhos do êxito para o nosso trabalho.

Percebo que estamos em crise quando estamos diante da iminente aprovação de um projeto de lei que separa o sistema socioeducativo da carreira atual. Esse projeto foi construído sem o amplo debate necessário. Quando me refiro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	30

a um amplo debate, não estou falando de um cronograma apertado nem restrito a representações sindicais. Não se trata disso. Estamos falando aqui de um debate que envolva todos os interessados. E isso não se restringe apenas aos trabalhadores do sistema socioeducativo, mas a toda a carreira pública de assistência social que carregou esse sistema socioeducativo nas costas por décadas. E não se restringe também ao restante da carreira, não, mas a todos os entes do sistema de garantia de direitos, às organizações da sociedade civil e a toda a população que é atendida pelos nossos serviços, que serão diretamente afetados por qualquer mudança que façamos nesse sistema, pra melhor ou pra pior. Apenas porque o restante da categoria resolveu lutar para que isso não acontecesse sem debate é que estamos aqui, no primeiro espaço de discussão criado até hoje, para tratar desse tema. Se não fosse por isso, esse PL já teria sido aprovado. Um PL que sequer incluía em seu texto os aposentados, que deram seu sangue nesse sistema; um PL que não fala, até agora, nada a respeito dos agentes sociais, que trabalharam por anos a fio – muitos ainda trabalham –, fazendo exatamente o serviço que hoje é feito pelos ATRs. Eles sequer foram citados.

Há duas semanas, estávamos vivos para ver um fato que a história do DF almejava: a demolição do Cajé. Mas, diante da situação que vivemos atualmente, muita gente ainda se faz a seguinte pergunta: aquilo foi a demolição de um modelo falido de socioeducação ou foi simplesmente a demolição de paredes de concreto? Porque o anúncio da retirada de 32 profissionais das unidades meio aberto *ex officio*, esta semana, para cobrir o déficit de pessoal das novas unidades de internação, parece-me algo simbólico. Parece-me o aviso, em alto e bom som, de que paredes caíram no Plano Piloto, mas que o espírito Cajé, de socioeducação sabotada, se encontra mais vivo do que nunca.

Nesse sentido, quero saudar todos os ATRs e demais profissionais do meio aberto que fizeram um ato hoje em frente à sede da secretaria para protestar contra esse tipo de proposta, que não resolve os problemas das unidades de internação e, ainda por cima, precariza as medidas de meio aberto. Em todos os discursos, isso aparece como prioridade, mas na prática é o contrário.

Eu estou concluindo.

Falando de crise, eu quero compartilhar aqui uma reflexão final sobre um fato que está ocorrendo na nossa sociedade, que é o clamor pela redução da maioria penal.

Deixando de lado a discussão de sermos contra ou a favor da proposta, o que eu quero chamar a atenção é que esse clamor não representa só a descrença na legislação em vigor hoje em dia. Esse clamor significa a descrença no sistema socioeducativo. Eu trabalho nele, isso é uma autocrítica. Se o sistema socioeducativo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	31

estivesse no caminho do acerto, do êxito, certamente nós teríamos um movimento contrário em Brasília: a sociedade estaria lutando pela ampliação da maioria penal para 20, 22 anos, porque a sociedade não quer apenas o criminoso cumprindo seus anos de pena. O que a população quer é viver em paz e em segurança. E para isso, o indivíduo precisa sair do sistema, penal ou socioeducativo, e não praticar novos crimes. Um sistema socioeducativo forte seria uma ótima alternativa ao nosso falido sistema penal. E aí nós teríamos um aumento do nosso campo de trabalho, mais profissionais, salários maiores... Mas estamos em crise. O que percebo hoje, mais do que nunca, é que essa crise não se resolve apenas dividindo a carreira atual sem debate, sem formação e sem uma clara concepção coletiva do que deve ser o sistema socioeducativo.

Para finalizar, aproveito esse gancho para fazer uma pequena reflexão sobre o conceito de socioeducação.

Eu estou concluindo. Todo mundo teve tempo extra. Eu estou concluindo, prometo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O senhor já está no tempo extra.

SR. LEONARDO ORTEGAL – Entre as diversas definições possíveis do que é socioeducação, uma definição simples é a de que socioeducar é ensinar a conviver, a conviver sem ofender. E o que nós vemos hoje entre nós mesmos aqui nesta reunião é que não estamos sabendo conviver sem considerar uns aos outros. Se nós não estamos sabendo conviver dessa forma, como ensinaremos nossos jovens a fazer? (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Leonardo.

Convido para fazer uso da palavra o Sr. Eduardo Augusto Barros, assistente social da unidade de internação do Recanto das Emas.

Eu chamei a Secretaria da Criança, o que naturalmente imaginava, mas estou tentando combinar pelo número bem maior que temos de inscritos da carreira de assistência social. Desculpem-me.

SR. EDUARDO AUGUSTO BARROS – Boa tarde a todas e a todos. Eu gostaria de saudar a Mesa.

Eu gostaria de deixar clara a minha insatisfação por este momento de divisão que ocorre agora entre os cargos, que atualmente pertencem a uma mesma carreira, à carreira de assistente social.

Eu queria deixar a minha homenagem aos meus colegas ATRS, assim como aos especialistas também. O trabalho deles é um trabalho duro, pois lidam com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	32

jovens com diversos problemas, tanto emocionais, espirituais, familiares – e sabemos que não é fácil lidar com isso. Eu sinto que este é um momento triste, porque acho que poderíamos estar seguindo outros processos de encaminhamento.

Eu gostaria de deixar clara a minha posição, dialogando abertamente com vocês. Não temos como discutir a criação de uma carreira socioeducativa e a alteração de uma carreira de assistente social sem antes termos previamente os estudos de impacto orçamentário que possam prejudicar a carreira de assistente social. A questão não é somente a criação de uma carreira, mas sim o desmembramento, sem contar as pactuações passadas, que foram tomadas em deliberações de conselhos governamentais.

O que quero dizer aqui para a Deputada, que não está mais presente, é que nós temos uma proposta sim. A nossa proposta é que a construção dessa nova carreira siga os processos habituais, a Lei Orgânica do Distrito Federal. O seu art. 35 estabelece que, na criação ou na alteração de carreira, é necessário que todos os servidores envolvidos e que todos os cargos sejam amplamente discutidos e tomem posição sobre isso. E isso não foi feito. Isso não foi feito. Então, esse é um processo atropelado, um processo feito a toque de caixa, sem estudar os impactos, sem estudar o que vai ocorrer com a assistência social. Na questão de abertura de novos concursos para assistente social, isso não está garantido. Não está colocado no papel quais são os impactos para a criação de uma nova carreira.

Nesse sentido, quero encaminhar a minha questão e dizer que sou solidário aos meus colegas ATRS. Eu sei que eles querem avanços e tudo mais, mas não é possível criar uma carreira sem um amplo debate. Em contrapartida, eu deixo o meu posicionamento para a Deputada Eliana Pedrosa. Deputada Eliana Pedrosa, nós temos uma posição sim: “não” à divisão sem um processo habitual de construção democrática.

Só um minuto para concluir.

Assim como o meu colega Leo, eu gostaria de manifestar para a atual Secretária da Criança o meu repúdio, como assistente social, pelos colegas ATRS que foram desalojados *ex officio* da secretaria. Então, isso aí é o que o Leonardo falou. Isso se chama criminalização da pobreza, é uma lógica penitenciária penal onde você privilegia a internação, onde você coloca os pobres cada vez mais dentro, institucionalizados, e desprivilegia a questão.

Isso não é nada democrático. Nesse sentido, eu deixo a minha fala e a minha solidariedade. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Eduardo.

Concedo a palavra ao Sr. Walter Marques, pela carreira dos ATRS.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	33

Por gentileza, o tempo corre contra nós. Eu posso chamar outro.

SR. WALTER MARQUES – Boa tarde, eu sou ATRS, estou há cinco anos no sistema socioeducativo do Distrito Federal. Em nome dos ATRS, venho falar aos nobres Deputados e também a todos aqui que estão presentes representando as suas respectivas categorias.

Nesses cinco anos dentro de um módulo, eu me senti como a ponta quebrada do dedo de uma mão. O que estou querendo dizer com isso? É hilário, mas é assim que os ATRS se sentem. Por que estou falando isso? Porque estão gritando aqui: “Não à divisão!” Nós não estamos querendo sair de uma mão, nós estamos querendo simplesmente sermos vistos como mais um dedo nessa mão. Nós não estamos querendo divisão, nós estamos querendo fortalecimento. Nós não estamos querendo divisão. Nós estamos clamando e lutando não apenas há quinze dias – como está o pessoal em greve, o que é legítimo, porque estão lutando por seus direitos –, nós estamos lutando há muito tempo porque eu e outros companheiros, assim como os assistentes sociais que estão na carreira, estamos há mais de vinte anos lá sem receber o amparo do Estado. Nós estamos lutando para que esse segmento, que é tão importante quanto o outro segmento da assistência social, seja fortalecido, seja visto e tratado como um segmento de importância. É interessante. Foi dito aqui que ninguém é contra o Cássio. Até elogio seu discurso. É um companheiro de difícil embate, mas ele disse aqui que não é contra a criação da carreira e não tem motivo para ser. Agora, esta Casa não pode se render, não pode se curvar a barganhas que comprometam uma diretriz do sistema nacional de atendimento socioeducativo.

Deputado Wasny de Roure, eu morava na Chaparral. E agora eu não vou falar como ATRS não. Eu morava na Chaparral, eu, Walter Marques. Quando eu morava na Chaparral, um pai me procurou porque eu trabalhava com jovens em uma igreja. Ele me procurou e falou: “Walter, o meu filho foi preso. A minha vida acabou. A situação é difícil. O que eu faço, Walter?” Eu, sem saber o que falar naquela situação difícil daquele pai, disse a ele: “Ame. Ame o seu filho”. Depois eu complementei e falei: “Ame-o mais do que os demais”.

Sabe o que eu quero dizer com isso, Deputado Wasny de Roure, apesar dos desrespeitos? Que está na hora de esta Casa pensar nos jovens e nas crianças que estão em situação de risco. Mostrar que eles não devem ser olhados pelo Estado como um cantinho, um finalzinho, uma ponta quebrada de uma unha, porque é inadmissível a gente ter rebelião em uma unidade por falta de um colchão. Porque nós somos um detalhezinho em todo um texto. Está na hora de os nobres Deputados escreverem o texto do sistema socioeducativo e mostrarem para a nação de Brasília



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	34

que esta Casa é comprometida com o jovem que está em situação de risco, que ela dará a mesma importância para o jovem.

Eu vejo essa carreira como respeito aos profissionais da área, como um investimento e um marco na mudança não só estrutural e física, como está sendo feito, mas na mudança do atendimento socioeducativo desses jovens que estão com a situação comprometida.

Eu agradeço pela oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Walter, por sua intervenção. Nesta oportunidade, eu quero convidar o Cleiton Avelar, educador do CRAS do Itapoã.

SR. CLEITON AVELAR – Boa tarde a todos, boa tarde a todos da Mesa. Eu tenho apenas três minutos, então serei pontual.

Eu participei da comissão que discutiu com o SindATRS e com o Deputado Wasny de Roure, que concluiu pela realização dessa audiência pública. Eu quero enaltecer aqui o papel do Presidente da Câmara, Deputado Wasny de Roure, porque ele deu o bom exemplo do cumprimento de acordo. Nós fizemos o acordo para que o projeto não fosse colocado em votação antes que essa comissão geral fosse feita. Eu gostaria muito que o Governo do Distrito Federal seguisse esse bom exemplo e cumprisse os acordos quando eles são assinados com a carreira pública de assistência social. Eu digo isso porque, em junho do ano passado, nós assinamos um acordo que até hoje não foi cumprido. Eu me refiro à tabela horizontal. Eu me refiro ao debate sobre a insalubridade. Eu me refiro especialmente a concurso público. Porque, quando nós fazemos aqui esse movimento, como fizemos no ano passado, com ameaça de corte de ponto e tudo mais, quando nós fazemos esse movimento, nós não estamos trabalhando na perspectiva corporativa não. Nós não estamos pensando apenas nos servidores. Nós estamos pensando em dezenas e milhares de pessoas que são atendidas por essa carreira.

Eu pediria, Deputado Wasny de Roure, que a Câmara Legislativa criasse uma comissão para fazer visita a algumas unidades, não só do sistema socioeducativo, mas também da assistência social. Chego todos os dias, às 8h da manhã, ao meu local de trabalho, no Cras do Itapoã, e já há trinta, quarenta pessoas na fila, e algumas passaram a noite esperando atendimento. Por que essas pessoas são submetidas a essa situação? Porque há trabalho demais e servidores de menos. Essa é a origem dos nossos problemas. Dialogo fraternalmente com os meus companheiros ATRS. Vocês apresentaram dois argumentos que precisam ser modificados: a melhoria do socioeducativo não está na dependência da criação de uma nova carreira. Se esse argumento fosse válido, a saúde pública seria perfeita, porque o que não falta é carreira lá. Dialogo fraternalmente com os companheiros



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	35

ATRS, porque o primeiro documento que vocês apresentaram fundamentando a criação da nova carreira, que eu li com muita atenção e respeito, se baseava em quatro experiências fora do Distrito Federal, sendo que três delas vinculavam o sistema socioeducativo ao sistema prisional. É claro que isso fragiliza o argumento de vocês.

A Deputada Eliana Pedrosa perguntou qual a nossa reivindicação. A nossa reivindicação é clara: que o projeto seja retirado, que ele seja retirado não em desrespeito àqueles que fizeram o trabalho. Muito pelo contrário, em respeito a eles, porque nós queremos que mais de três mil servidores que serão afetados por esse projeto de lei tenham oportunidade de discuti-lo.

A representante da Secretaria da Criança, segundo nos foi informado, também fala pela SEAP – Secretaria de Estado de Administração Pública. Então, senhora secretária, pedimos que o governo tome a iniciativa de retirar esse projeto em nome de um debate democrático que possa atender todas as preocupações. Companheiros ATRS, não entendam que isso será derrota, de forma alguma. Muito pelo contrário, a discussão de vocês estará sendo garantida de uma forma participativa, democrática e responsável tanto com o Sinase quanto com o Suas. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Vou pedir a compreensão dos companheiros. Temos mais duas pessoas inscritas. Depois, o Secretário Osvaldo Russo vai trazer sua manifestação. Uma das pessoas inscritas é a Carolina Fernandes, conselheira do Conselho Regional de Psicologia, a qual já convido para fazer uso da palavra; a outra, por último, é o Fábio, assistente social da Secretaria da Criança. Estamos combinado dessa forma.

Concedo a palavra à Carolina Fernandes.

SRA. CAROLINA FERNANDES – Boa tarde. Gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do Presidente. Cumprimento todos os servidores e servidoras presentes.

O interesse, enquanto conselho profissional, de participar dessa discussão é porque os profissionais de psicologia estão previstos no Sinase para contribuir com a execução da política socioeducativa.

O nosso entendimento é que as ações pedagógicas são prioridades no sistema. A contenção não é a finalidade última do processo socioeducativo. Nesse sentido, um dos pontos que nos preocupa, na avaliação desse projeto, é a proporção quantitativa de profissionais por cargos. A impressão que nos dá é que se trata de um sistema de segurança, e não de um sistema socioeducativo, contrariamente ao marco legal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	36

Reiterando falas anteriores, todos os atores têm seu papel, sua relevância no processo socioeducativo, especialistas e ATRS. No entanto, é questionável que a quantidade de especialistas sugerida dê conta da complexidade das inovações que o Sinase, que o marco legal propõe.

A responsabilização do adolescente é o objetivo, sim, da medida, mas é dever do Estado garantir que isso aconteça de forma digna. E o que nós observamos nas unidades de medidas socioeducativas no Distrito Federal são condições inadequadas ao que preconizam o Estatuto da Criança e do Adolescente, e o do Sinase. Somado a isso, nós sabemos também que é prática recorrente no GDF e no sistema socioeducativo o desvio de função. Hoje nós temos profissionais desviados, vamos dizer assim, que deixam até comprometida a fiscalização do Conselho Profissional, porque não é exigido desses profissionais o registro junto ao seu conselho de classe. A qualidade técnica e ética do serviço ofertado fica comprometida.

Enfim, como proposta do Conselho Regional de Psicologia, nós entendemos que é necessária a ampliação do debate. O debate até o momento não aconteceu de uma forma que seja democrática. Nós precisamos discutir melhor os impactos dessa proposta de carreira na perspectiva de que o Sinase seja efetivamente contemplado e que os conselhos profissionais também sejam chamados para essas discussões para discutir justamente o impacto dessa proposta na prestação dos serviços que são previstos no Sinase. Acho que essa discussão tem que ser ampliada para toda a categoria, tanto especialistas quanto ATRS, inclusive os adolescentes, que também têm o seu direito de fala garantido no Estatuto da Criança e do Adolescente. Ainda que se trate de uma carreira a ser criada, como já foi dito aqui, a carreira não é um fim em si mesmo. Ela tem uma concepção, ela tem uma política que precisa ser concebida nela.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Carolina.

O último inscrito é o Fábio. Eu peço que seja pontual no tempo para que ouçamos o Secretário.

Concedo a palavra ao Fábio.

SR. FÁBIO – Boa tarde a todas e a todos. Eu queria começar a minha fala por um elemento que eu acho que é fundamental: o reconhecimento de que todas e todos nós que estamos aqui hoje, que somos trabalhadores tanto da política de assistência social quanto da política de atendimento socioeducativo somos profissionais que atuam em condições absolutamente subumanas, em condições degradantes. Esse é um reconhecimento muito importante a ser feito. Não há aqui



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	37

uma guerra. Somos todos e todas trabalhadores de uma área complexa, de complexidade de alto nível que precisa ser respeitada. Não é uma guerra personalizada de diferença em relação ao trabalho que deve ser realizado, mas é uma disputa de projeto e concepção que não me coloca como inimigo daquele profissional que defende outra posição, mas me coloca em outro lado do ponto de vista da concepção.

Eu queria começar dizendo que a maior parte das coisas já foi dita. O debate está sendo feito, e o compromisso da comissão de negociação foi a abertura do debate. O compromisso não foi a aceitação de um projeto de lei colocado a toque de caixa na Câmara Legislativa. O compromisso da comissão de negociação foi de que nós faríamos o debate inclusive do projeto de lei, e nós estamos trazendo o debate da inviabilidade de votação de um projeto de lei que não teve ampla discussão com a categoria. E o primeiro tópico que é fundamental nessa discussão diz respeito à concepção da política de atendimento socioeducativo. Não se trata de uma política que tenha a especificidade e o foco no profissional que a executa, mas se trata da realização da política. Nós precisamos nos preocupar com o usuário da política. Nós precisamos nos preocupar com a efetividade do processo, e não estamos debatendo isso hoje. Essa é a prioridade número um: discutir a concepção, um cronograma de trabalho, Deputado Wasny de Roure, que possa retomar o debate sobre os princípios do Sinase e a regulamentação da Lei nº 12.594, que é a lei que regulamenta o Sinase no Brasil e no Distrito Federal. O Distrito Federal está absolutamente fora das diretrizes do Sinase hoje, e nós precisamos retomar isso. Infelizmente, aquilo que era para ser uma grande comemoração para todos nós, que é a derrubada do Cajé, se tornou a transferência, a demolição de um prédio físico, e a transferência de seu espírito, sua lógica e sua ideologia para outras unidades que continuam executando uma política distante dos parâmetros e diretrizes legais hoje no Brasil. Esse é um ponto fundamental para a nossa discussão.

Eu queria conversar com cada um e cada uma dos servidores que trabalham nas unidades sobre a inviabilidade do debate deste projeto apresentado que, para nós, é um projeto ainda muito frágil tecnicamente. É um projeto que não teve a ampla discussão e o debate ampliado para a categoria.

Por último, eu queria discordar da Secretária de Estado da Criança no ponto em que ela disse que existe um direcionamento nacional da Secretaria de Direitos Humanos, no Plano Nacional, que seria o Plano Decenal da STH, no item 2.1. Ela diz que há o estímulo à diretriz de criação da carreira Sinase no Brasil. Isso é um mito! Isso não é verdade, Secretária. O que há no item 2.1 é apoiar a regulamentação da profissão do socioeducador de nível técnico e nível superior, porque no Brasil, hoje, infelizmente, a execução das medidas socioeducativas em vários estados brasileiros é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	38

terceirizada e privatizada. E por isso a diretriz é que haja carreiras públicas para sua execução. Isso é um grande mito que precisa ser desmistificado!

O último tópico mesmo desse debate é a questão da intersetorialidade, que é um princípio do Sinase. Esse, sim, muito claro no plano decenal, que é a interseção entre as políticas públicas. Nós não podemos dividir, nós não podemos apartar. O usuário do sistema socioeducativo – e todos os companheiros que trabalham aqui, independente da cor da blusa, podem dizer que é verdade – é o mesmo usuário da assistência social, é a mesma criança usuária do conselho tutelar, é o mesmo adolescente usuário. Nós precisamos discutir a concepção, e não só carreiras profissionais.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Convido para fazer uso da palavra o recém-empossado Secretário de Desenvolvimento Social do Governo do Distrito Federal, Sr. Osvaldo Russo de Azevedo.

SR. OSVALDO RUSSO DE AZEVEDO – Boa tarde a todas as pessoas que estão aqui presente, servidoras e servidores. Eu queria cumprimentar os Deputados Wasny de Roure, Wellington Luiz, Dr. Michel, Eliana Pedrosa, Arlete Sampaio, companheiros de sindicato, ex-Secretário Daniel.

Em primeiro lugar, quero agradecer enormemente o convite do Deputado Wasny de Roure e da Deputada Eliana Pedrosa de estar aqui presente. Cheguei atrasado por conta de uma convocação do Governador, mas me liberei a tempo de poder chegar aqui e ouvir bastante para poder me manifestar. Acho que esta Casa cumpre um papel fundamental, que é o debate. Democracia é isso. Democracia não é a verticalização de qualquer tipo de decisão. Então, respeitar as partes é a primeira questão. Temos que respeitar tanto os servidores da Secretaria da Criança, tanto os das ATRS como os demais servidores da assistência social, da Sedest, porque o que é que está acontecendo: esse momento é um momento muito peculiar no Brasil e aqui no Distrito Federal. O Brasil, nos últimos onze anos, resgatou a dignidade da política pública. Desde a posse do Presidente Lula vem sendo resgatado isso, tanto do ponto de vista do atendimento socioeducativo quanto do ponto de vista do Sistema Único de Assistência Social.

Então, é um debate caloroso que temos aqui, porque há um crescimento dessas políticas, há uma qualificação dessas políticas. E a nossa responsabilidade, nesse momento, é saber equacionar de uma forma séria, democrática, pacificadora, essas questões. Não dá para se dizer que uma é mais importante que a outra. É preciso que coloquemos a cabeça no ar, mas, claro, com os pés no chão. É preciso compreender os argumentos, ouvir os argumentos. Isso aqui não é um Fla-Flu. Aliás, eu não sou nem Flamengo nem Fluminense, sou América do Rio de Janeiro.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	39

Portanto, a gente não entra nem nessas disputas. Mas, no caso aqui presente, há vários argumentos contra e a favor que são colocados aqui. E é preciso a gente ouvir esses argumentos.

Estou chegando agora, então, não sei exatamente como é que se deu esse encaminhamento. Mas eu, como secretário, tenho a responsabilidade de procurar o governo, principalmente o Secretário Wilmar Lacerda, o próprio Governador, para poder, pelo menos, discutir isso. Evidentemente, um secretário, quando assume, assume com ônus e bônus. O secretário é o secretário Daniel. E a informação que eu tenho é que isso não foi devidamente esclarecido.

Então, eu tenho que respeitar. A hora que me colocam em um cargo, é com responsabilidade. Eu quero dizer que tenho 47 anos de serviço público, não caí de paraquedas em lugar nenhum. Ocupei todos os cargos públicos federais e locais. Conheço esta Casa porque trabalhei aqui durante dez anos. Então, vejam só: eu tenho responsabilidade profissional, política, como cidadão e, claro, como governo. Mas essas políticas – aprendi isso no Governo Federal – hoje se tornaram política de estado, mais do que de governo. Daí a responsabilidade de fazer o encaminhamento correto. Não podemos fazer a coisa nessa divisão que está aqui. Essa divisão aqui não interessa à sociedade. (Palmas.) É a primeira coisa: não interessa à sociedade, porque se alguma coisa se fortaleceu no Brasil foi a política de assistência social. O Sistema Único de Assistência Social virou de cabeça para baixo o clientelismo que esta cidade teve até pouco tempo atrás! Até bem pouco tempo atrás. Nós demolimos esse clientelismo no Brasil todo. Demolimos o Caje, mas, antes, demolimos o clientelismo no Brasil na área de assistência social.

Eu tenho orgulho de ter coordenado a implantação do Sistema Único de Assistência Social no Governo Lula. Então, eu tenho essa responsabilidade. Aqui no Distrito Federal eu tenho outra responsabilidade. A primeira conferência distrital de criança e adolescente fui eu que presidi. Fui o primeiro, com a primeira conferência aqui! O primeiro plano de garantia de direitos, quem fez? Foi a nossa gestão de 1996.

Como presidente do conselho, foi o plano de garantia aprovado pelo conselho. Foi aqui que nós criamos. Naquela época, não havia o Conselho de Assistência Social. O Fundo de Assistência Social, o primeiro plano estadual de assistência social foi feito aqui. O primeiro plano de garantia mínima, antes do bolsa-escola, foi feito aqui. E depois do bolsa-família. Portanto, a gente tem muita responsabilidade.

Desde a minha época aqui, é claro que mudou muito, a realidade é outra. Está aqui a Deputada Eliana Pedrosa, que foi secretária da área também. Eu participei de um evento com a Deputada, ela está seguindo o meu caminho. Ela foi



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	40

Secretária de Desenvolvimento Social, ou tinha sido; agora é presidente do PPS, e eu também fui. Talvez, depois, ela vá para o PT. Tenho uma consideração muito grande pela Deputada, eu a conheço nesse sentido.

Isso aqui é uma coisa suprapartidária! Estão vendo esta Mesa? É uma questão de estado, é suprapartidária. Vejam o seguinte: essa responsabilidade, naquela época, era da Secretaria da Criança e de Assistência Social. Vocês não imaginam a briga que deu! O Cássio acompanhou, ele é novo e está com cabelo branco. Já fazia greve naquela época, não é só agora que ele está organizando greve. Aliás, sempre quando eu chego, há uma greve. Então, vejam o seguinte: naquela época, a briga que deu era com a Secretaria de Desenvolvimento Social, Deputada Eliana Pedrosa, e Ação Comunitária.

O debate, na época do governo do Prof. Cristovam, era criar a Secretaria da Criança. A assistência social já estava em rebelião naquela época – não é só agora, não – e se dizia que tinha de ser Secretaria de Assistência Social. Mesmo antes da nova Política de Assistência Social, antes do Suas, aqui já tinha uma militância, um grupo militante que está hoje na secretaria e já defendia essa nova política há muito tempo. Portanto, defendia que fosse Secretaria de Assistência Social.

Isso estava se reproduzindo em todos os estados, antes da Secretaria da Criança, apesar de o ECA ser anterior à Loas em três anos. Mesmo assim havia essa luta, e conseguimos reunir um grupo, chamado grupo da criança. Hoje a gente está falando de ATRS, mas naquela época não tinha esse nome, não. Era o grupo da criança e o grupo da assistência. Fizemos a Secretaria da Criança e Assistência Social. Naquela época se conseguiu dar uma pacificação nisso aí.

É claro que o mundo muda, as coisas mudaram. E agora, o que acontece? Naquela época não tinha o Sinase. Então, havia uma lógica, claro, contra a superlotação. Na lógica, o Cajé já era – sempre foi – uma arquitetura falida, começando a superlotar. A atitude era de centralizar, mesmo antes do Sinase. Essa era a política. Nos estabelecimentos socioeducativos se colocava a necessidade de construir escola. E quem construiu a escola no sistema fomos nós, viu!

Segundo: laboratório de informática. Fomos nós também. Construir as oficinas profissionalizantes. Fomos nós também, com a companheira Neide, a quem eu quero prestar uma homenagem. A companheira Neide, que era diretora executiva da fundação, foi quem puxou essa proposta do projeto com o Instituto Ayrton Senna. Enfim, a quadra poliesportiva, a retomada da horta comunitária, e por aí vai.

Então, o que acontece? Nós realizamos uma pesquisa agora, eu estava na Codeplan. Eu era diretor de estudos de políticas sociais da Codeplan, junto com a Secretaria da Criança, com a Secretária Rejane Pitanga. Nessa pesquisa, alguém falou aqui da necessidade de ouvir as crianças. Nós ouvimos os adolescentes, jovens,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	41

no sistema meio aberto e na internação. Foram mais de mil jovens ouvidos. Nós podemos dizer o seguinte: há uma contradição no atendimento. Quem defendeu aqui a intersectorialidade, é muito importante discutirmos isso. Por exemplo, nós realizamos uma avaliação do que os jovens acham do colchão da semiliberdade. Não é nenhuma coisa científica, é a percepção do jovem em relação ao colchão, porque o colchão é uma coisa importante para ele, como também a alimentação é uma coisa importante. Os companheiros que trabalham sabem que isso é uma coisa importante. Eles vivem lá dentro, e perguntamos a eles o que achavam do colchão da semiliberdade e do colchão da internação. O colchão da internação, uma porcaria. O colchão da semiliberdade, mais ou menos. É o mesmo colchão.

Fizemos uma segunda pergunta ao jovem que está interno, com relação à educação. O que ele achava da educação? A resposta: "Ótima. Pretendo daqui a cinco anos concluir o ensino médio e ter um ensino profissionalizante". Inclusive eles falavam das profissões que queriam. A resposta do meio aberto: zero com a educação. Então, há alguma coisa errada nesse sistema. Não dá para colocarmos na responsabilidade de uma carreira a responsabilidade da ressocialização, da reeducação desses jovens. Não dá para fazer isso.

Isso só funcionaria – já falei sobre isso com a Secretária Rejane Pitanga, e pela minha experiência, claro que mudou muita coisa, isso está no Sinase, no plano nacional de atendimento socioeducativo – se atuassem juntas pelo menos três políticas: educação, saúde e assistência social. Três políticas! (Palmas.) E também está no plano do sistema socioeducativo a profissionalização do socioeducador. É claro que pode haver uma interpretação extensiva de que isso poderia ser uma carreira, mas não vou entrar no mérito disso.

O fato é o seguinte: não dá para jogar em cima de uma carreira só – do socioeducativo – a responsabilidade pela ressocialização do jovem. Porque ela só acontecerá com o funcionamento das três políticas. Eu sugeri à Secretária Rejane Pitanga que fosse criado um comitê gestor do sistema socioeducativo; que, depois da pesquisa, nós criássemos o comitê gestor. A Secretaria da Criança seria a coordenadora, vamos chamar assim, mas o comitê gestor seria formado pela Secretaria da Criança, pela assistência, pela educação e pela saúde, até como uma forma de corresponsabilizar todas as políticas. Não é tutelar a secretaria. Pelo contrário, é ter a corresponsabilidade da execução da política, de traçar a política. (Palmas.)

Com tudo isso que estamos falando, para mim é muito difícil chegar aqui e tomar o partido de a, b ou c. Eu gostaria de, pelo menos, ter um tempo – o mínimo possível – com a Câmara Legislativa do Distrito Federal, com o governo – o Deputado Wasny de Roure poderia ser o portador dessa proposta –, para sentarmos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	42

de uma maneira madura, de uma maneira pacífica. Para mim, todos os servidores são muito importantes para o serviço público e para o atendimento à população. Todos vocês são muito importantes. Eu queria ter um tempo junto com a Secretária Eliane, que está chegando e tem uma grande experiência também na área federal, para sentarmos junto com a Câmara e o governo e termos um entendimento, que seja até da criação da carreira, mas de uma forma diferente, de forma que possamos não desqualificar as outras políticas. Pelo contrário, nós queremos qualificar todos os profissionais. (Palmas.)

É preciso que tenhamos em mente que hoje atendemos uma população muito vulnerável. A assistência social não é somente para atender o pobre, ainda que o pobre seja o preferencial.

Eu quero dizer o seguinte: por respeito até aos companheiros e companheiras que trabalham na assistência social, com respeito aos profissionais da ponta, principalmente, que estão fazendo um trabalho brilhante – nós estamos acabando com a fome, com a miséria e com a pobreza no Distrito Federal –, por respeito a esses profissionais que estão à frente, eu peço um tempo para discutirmos. Ao mesmo tempo, reconhecendo o trabalho da Secretaria da Criança, não é só demolição. Não precisamos ficar criticando a demolição do Cajé para defender o outro. Sempre a gente defende uma coisa para criticar outra. Não. A demolição do Cajé foi simbólica. A secretária sabe, a Eliane sabe, os profissionais sabem que tem que haver um projeto político-pedagógico. Eles sabem disso. Sabem também que precisam das outras profissões, que precisam das outras políticas, das outras ciências para administrar. Eles sabem disso. Então, nós não vamos desqualificar, porque está sendo feito um trabalho nesse sentido. É um trabalho difícil. É um núcleo duro se lidar com jovem autor de ato infracional, principalmente internação. Basta a gente colocar qualquer filho nosso da classe média num quarto com computador, geladeira, ar condicionado, com tudo e dizer para ele: “Olha, você vai ter sua comidinha, assim, assado. Fica três dias aí sem sair.” Vê o que acontece.

Então, por mais que a gente faça uma política na área socioeducativa, sempre vai haver a necessidade de o jovem viver em liberdade. Liberdade é tudo para o ser humano. Um adolescente, que é um ser em desenvolvimento, não tem a compreensão total do que significa a privação de liberdade, para a sua recuperação. Na hora em que se pergunta a ele isso, sabe o que ele responde? “Eu devia pagar, sim, mas não estar preso.”

Vejam o seguinte: nós temos que compreender a complexidade disso. O sistema socioeducativo atende aqui, vamos supor, mil pessoas. A escala de assistência social é de 100 mil pessoas, vamos dizer assim. Evidentemente, não é questão numérica. Se ele vai para o sistema socioeducativo, é porque as outras



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	43

políticas também falharam. Aí, joga-se para o sistema socioeducativo a solução para isso. Não é correto isso também.

É importante que os representantes das entidades sindicais, dos servidores, enfim, deem algum crédito de confiança à Câmara Legislativa, a mim, como Secretário de Estado, à Secretária Eliane, para que possamos ter um fórum novo de discussão para que possamos amadurecer esse projeto.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Secretário Osvaldo Russo. Quero lhe agradecer pela sua experiência e pelo seu companheirismo.

Eu vou conceder, ainda, a palavra à nossa Secretária da Criança, Sra. Eliane Cruz, que pediu para fazer uma intervenção. A Deputada Eliana Pedrosa também vai trazer as suas observações finais e nós encerraremos.

SRA. ELIANE APARECIDA DA CRUZ – Eu acho que diversas questões colocadas aqui são essenciais e sobre as quais eu preciso falar, porque eu acho que são conceitos e ajustes de informação.

Primeiro, concordo que a carreiras derivam dos processos, dos projetos e da organização do trabalho. Não há dúvida em relação a isso. Os projetos e os processos de trabalho não estão relacionados a quem trabalha no trabalho. Eles estão relacionados aos usuários dos serviços. Creio que todo mundo que falou nesta comissão geral falou de criança e de adolescente. Não falou de si. De si também se fala, do trabalho que cada um de nós desenvolve, seja onde for, também falamos, mas há um acordo: as carreiras derivam do processo e da organização do trabalho.

Ao fazer a proposta aqui, nós estamos falando do trabalho com crianças e adolescentes do Sistema Nacional Socioeducativo e, em especial, com aqueles que são tratados pela sociedade com preconceito.

Eu, hoje, conversei com o Sindisasc pela manhã, dei a eles algumas opiniões, mas ficamos de voltar a conversar ainda na próxima semana, mas é necessário que a gente trabalhe em defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes no País. A carreira proposta é uma carreira do Sistema Nacional Socioeducativo. É uma carreira para o sistema socioeducativo. É uma carreira que pretende atender as crianças. E o que ela não é? Eu acho que isso é que é importante. Ela não é segurança pública. Não tem arma. Certo? Ninguém está propondo armar os ATRS. Certo? Senão, a gente proporia agente penitenciário, que acabou de aprovar o armamento, equivocadamente, desses agentes no Congresso Nacional. Não estamos propondo isso! Não estamos propondo, porque essa proposta não é segurança. Isso é Sistema



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	44

Nacional Socioeducativo! É esse o debate que queremos fazer com vocês e com o conjunto dos servidores dentro e fora da Secretaria.

Segundo, nós não estamos propondo uma carreira para arrebentar o sistema e terceirizar. Há um compromisso de que não vamos terceirizar serviços. Nós não vamos trabalhar com gente, dentro das unidades, que não tenham entrado por processo seletivo. Depois eu falo de outras questões com relação a isso. A carreira tem processo de formação e de seleção. Certo? O processo de formação é bastante importante. O que ele não é? Ele não é segurança, ele não é terceirização. E por que a carreira é importante? Para não trabalharmos com sistemas hierarquizados. Aqui se falou de transversalidade. É isso mesmo, tem de ser transversal.

O que o sistema hierarquizado faz acontecer? Divisão. Nós não estamos defendendo a divisão. Nós queremos articular. Há, sim, hoje, uma necessidade desse processo de trabalho, desse trabalho com as crianças e adolescentes dentro do sistema socioeducativo. Essa era uma questão que eu gostaria de esclarecer, de explicitar.

Outra questão sobre a qual eu quero tratar: eu verifico que a demolição do Cajé é, sim, um novo projeto político pedagógico. Não se trata só de paredes. Certo? Eu poderia dizer outras coisas, Sr. Presidente. Ninguém quer que o menino vá para a internação. Hoje a gente combinou com o pessoal do meio aberto. Fiz uma reunião, dialogamos sobre a questão que foi colocada aqui, fizemos algumas propostas, apresentamos as questões em relação à secretaria e ficou agendada essa reunião com esses servidores para o dia 16, às 17h, para que a gente continue tratando disso.

Com relação ao projeto que está na Casa, eu acho que ele está no local correto. Nós, da Secretaria da Criança, viremos a esta Casa quantas vezes forem necessárias para debater com o sindicato, com os Parlamentares. Tenho a certeza de que nós, do governo, vamos ter condições de nos posicionarmos. Eu e o Russo que estamos aqui nesta Mesa, como governo, vamos fazer os encaminhamentos que cabem ao governo. Era isso o que eu gostaria de dizer.

Estamos à disposição. É muito importante fazer esse debate. Com certeza, todos estão de um lado só: do lado da criança e do adolescente. Vamos trabalhar para que isso ande no Distrito Federal. As coisas que foram ditas aqui, que demolimos o Cajé, mas não demolimos a política, não precisamos nem repetir. Nós comemoramos, de fato, esse que foi um passo muito importante: o reconhecimento do Distrito Federal em todo o Brasil pelo que aconteceu aqui.

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Secretária.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	45

Concedo a palavra, para uma breve referência, ao Secretário Osvaldo Russo que me pediu apenas para complementar. Em seguida, vamos encaminhar para a conclusão dos trabalhos.

SR. OSVALDO RUSSO – Quantas vezes forem necessárias a gente virá aqui para fazer o debate, mas nós, do governo, precisamos também debater um pouco entre nós. Cadê o Claiton? Ele está aí? Quanto tempo eu não o vejo. É o seguinte: Claiton, você falou três coisas. Uma delas é a insalubridade. Alguém me falou, mas eu ainda não me apropriei disso aí, mas sobre a questão da tabela horizontal, eu já mantive contato com o Secretário Wilmar Lacerda, com o Secretário Adjunto Joan, ontem, e com o Secretário Berger. Vai estar na pauta – já falei para o Cássio – para reabirmos essa discussão. Há outra questão que também discuti com os três e que também vai entrar na pauta: o concurso público. (Palmas.)

Acredito que, com esses passos, a gente vai abrir um bom diálogo com as categorias. Tenham certeza de que a Eliana e eu vamos ter responsabilidade suficiente para levar o melhor projeto para o povo do Distrito Federal e para as categorias.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Secretário.

Eu quero fazer um rápido registro: tivemos a presença do Deputado Dr. Michel e do Deputado Wellington Luiz. S.Exas. estiveram aqui ouvindo todas as intervenções dos integrantes da Mesa e das carreiras, apropriando-se para melhor intervirem nas próprias comissões. Quero agradecer enormemente a esses dois companheiros, que declinaram de falar, mas que estiveram aqui para ouvir todas as considerações. Naturalmente, outros Deputados estiveram aqui, mas, infelizmente, não tiveram condições de permanecer durante toda a oitiva ocorrida nesta tarde.

Concedo a palavra a minha colega Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Obrigada, Presidente.

Quero dizer que nós tivemos um debate extremamente qualificado, com muitas colocações de ambas as posições. Quero dizer que, mais uma vez, eu me surpreendi hoje. O que estava programado era que pudéssemos discutir com mais profundidade aquilo que a carreira da assistência social pretendia, mas essa minuta de projeto não chegou à Casa e o Secretário Wilmar não esteve aqui para debater conosco.

Agradeço a presença do Secretário de Desenvolvimento Social. Até falei que estranhava S.Exa. estar fora do debate, porque a secretaria não é composta de uma



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	46

só pessoa. Fico feliz por S.Exa. ter chegado a tempo e ter feito as suas considerações, que são importantes para a nossa convicção.

Quero dizer que esta oportunidade de uma comissão geral para discutir a carreira da assistência social é única. Que essa carreira seja contemplada também com isonomia, com as mesmas possibilidades e com a visão de que todos somam, para que a gente tenha aquele atendimento de que as nossas crianças e adolescentes precisam.

Eu quero parabenizar todos que estiveram aqui. Entendo as manifestações mais exaltadas. Todo mundo tem poucas chances, no dia a dia, de se manifestar. Certamente, na Câmara Legislativa, estamos fazendo um esforço muito grande para que todos possam ser atendidos e bem atendidos, dada a importância do trabalho que cada um e cada uma executam.

O que queremos e buscamos é que não haja essa divisão, que todos possam ter a clareza da importância do seu trabalho e que ele seja reconhecido não apenas pelo Governo do Distrito Federal, mas por toda a população do Distrito Federal. Esse é o nosso objetivo.

Eu sinto muito que não tenhamos avançado mais nessa parte quando se falou do projeto de insalubridade, do projeto da tabela horizontal. Eu sinto muito que o projeto, se chegar, vai chegar atrasado, porque não vai ser mais dada possibilidade de ser votado este ano, porque não pode haver aumento de despesa. Nós esperávamos que ele chegasse até terça-feira, mas não foi possível. Agora, vamos fazer a discussão, quem sabe, para 2015. Vamos tentar.

Muitos de vocês que, na semana passada, não estiveram na Câmara Legislativa não tiveram a oportunidade de saber o nível de comprometimento e de envolvimento que a Câmara busca não apenas com uma parcela de vocês, mas com todos vocês. Nós entendemos essa importância.

Eu quero aproveitar para parabenizar todos que ficaram até o final, escutaram todas as falas, deram a todos oportunidade de se manifestar.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Muito obrigado, Deputada Eliana Pedrosa.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Eu penso que, na tarde de hoje, nós tivemos um debate bastante esclarecedor, até para nós Parlamentares. Eu acho que ficou mais evidente onde estão os problemas, onde nós temos que trabalhar para resolvê-los e poder, de forma tranquila, atender aquilo que é fundamental para nós e para a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	47

sociedade, que é termos políticas acertadas para as crianças e para os adolescentes, sobretudo para as crianças e adolescentes do sistema socioeducativo.

Então, eu queria fazer aqui um apelo ao Secretário Osvaldo Russo e à Secretária Eliana aqui – ambos acabaram de chegar ao governo – para que se dediquem amanhã, sábado e domingo a reler o projeto e verificar em que parte ele tem que ser mexido para que possamos avançar neste debate. Eu tenho certeza de que facilitará muito para todos nós se o governo se acertar primeiro, para, depois, acertarmos aqui. Aqui ainda é o último espaço aonde vocês podem trazer suas reivindicações. Se elas forem acertadas, vamos acolhê-las. Mas o primeiro passo é o governo se acertar lá em cima, para podermos ter menos problemas para resolver aqui.

Então, eu queria fazer um apelo aos dois secretários para que, junto com o Secretário Wilmar, discutam e vejam naquilo que tem relação com a carreira de assistência e para que o que não foi debatido com a Secretaria venha a ser agora, para que possamos imediatamente ter o projeto pronto para votarmos e não haja divisão entre as duas categorias. É isso que eu desejo e espero.

Um grande abraço a todos vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – O encaminhamento que eu ia fazer, a Deputada Arlete Sampaio já fez. Vou utilizar o mesmo procedimento.

Quero apenas colocar a Presidência desta Casa à disposição, como foi todo esse processo preliminar.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Eu quero também registrar aqui o papel fundamental que teve o Deputado Wasny de Roure e até a Deputada Eliana Pedrosa nesse processo. Como sempre, S.Exa. está aberto para ouvir os servidores públicos desta cidade. Recebeu muito bem, deu o encaminhamento e foi, junto com a Deputada Eliana Pedrosa, promotor desta comissão geral.

Portanto, parabéns a V.Exa. e à Deputada Eliana Pedrosa pela ação que fizeram, propiciando-nos este debate tão rico nesta tarde de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WASNY DE ROURE) – Obrigado, Deputada Arlete Sampaio.

O importante foi este momento aqui. Como eu disse na fala do Claiton, houve um compromisso da audiência. Esse compromisso foi firmado na discussão com as representações de ambas as categorias. Eu creio que houve um avanço enorme ao se apontarem, esclarecerem e verificarem as divergências conceituais e o que é possível absolutamente avançar nessa carreira como um todo, porque ambos estão praticamente numa mesma carreira e, agora, tomam-se definições.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
10 04 2014	15h.	28ª SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL	48

O projeto está protocolado e naturalmente vai tramitar com a devida observação que os secretários vão construir no interior do governo. Eu só peço o máximo de urgência.

É bem verdade que a Deputada Eliana Pedrosa lembrou algo muito importante, que é a Lei Complementar nº 101 e a Lei Eleitoral sob o ponto de vista dos impactos após a data de 8 de abril. É vedado incremento de dispêndio de natureza de pessoal. Então, é necessário termos claro isso, mas é necessário também esboçar qual é o acordo, para que, então, a Câmara Legislativa possa levar a plenário a matéria, para ser deliberada. Portanto, tem que ser entendido que a matéria se encontra em situação de urgência. Ela está na Casa. O Presidente não tem poder de paralisar uma matéria. Ele pode ajudar nas negociações. Quero ser bem claro.

Nesta semana, naturalmente, os membros das comissões vão começar o debate, e é muito importante que o governo, com as três secretarias – Administração, Criança e Sedest –, possa ter um esboço sobre a matéria.

Estamos entendidos?

Indago ao sindicato se podemos encerrar. (Pausa.)

Havendo concordância, agradeço a presença do Cássio e do Cristiano, representando ambas as categorias, bem como da Secretária Eliane, do Secretário Rosso, dos Deputados que estiveram conosco e do ex-Secretário Daniel Seidel.

Agradecemos também a todos vocês, que honraram esta instituição e honraram o debate democrático.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 18h21min.)